



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

**ACTA N.º 6/2011**

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e uma horas e trinta minutos, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos seguintes Deputados Municipais: António Afonso Salgado Ruano, Paula Cristina Mónica Moreira, Manuel António Machado Carvalho, Maria Helena Rodrigues Magalhães, Manuel Duarte Queijo e Carlos Alberto Camelo, que foram substituídos, respectivamente, pelos senhores, Telma de Fátima Atalão Roma, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, António Joaquim de Araújo Oliveira, Carlos Alberto Souto Pedro, Leonel Augusto Morais Pires e Francisco Manuel Rosa.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 75 Deputados Municipais: Adão José Fonseca Silva, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, António dos Santos Pires Afonso, Maria Manuela dos Santos, José António da Silva Madalena, Fernando Humberto Gomes, Paulo Duarte da Silva Dias, António Mário Pegado Lemos Mendonça, Celina da Conceição Sá Martins, Maria Raquel Cordeiro Moreno, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Isabel Maria Vaz Mesquita Costa, Luís Inácio Fernandes Gonçalves, José Maria Peixoto Coutinho, Ana Rita Simão Rodrigues, Francisco Manuel Rosa, Maria Inês Falcão Bárrios, Manuel Alberto Rodrigues, António Joaquim Correia, Vítor Hugo Batista Matos, Rogério Paulo Esteves Martins, Maria Idália Ferreira Correia Mateus, Judite Maria Paulos Lino, Luís Adelino Batista, Alberto Manuel Pinela Salgado, Maria José Alves de Lima, José Fernando Lopes, Cândida da Encarnação Baixinho, António Carlos Manso Gonçalves, Helena Isabel Pires Seabra, João Lourenço Correia, Telma de Fátima Atalão Roma, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, António Joaquim de Araújo Oliveira, Carlos Alberto Souto Pedro, Leonel Augusto Morais Pires, Domingos José Ataíde Vaz, Luís Manuel Colmieiro Rodrigues, Humberto José Trovisco, Artur do Nascimento Vasco Parreira, Jorge Humberto Brás Fernandes, António Miguel Vinhas Romão, Arménio Augusto Carvalho, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, José António Génio, Manuel António Mendes Vieira, Eduardo João Martins Pereira, José Manuel Cova Veigas, Daniel Parente Reis, Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Manuel Augusto Vilarinho Pinto, Armindo Caseiro Cepeda, João Manuel Fernandes, Mário Filipe Borges Teles, Maria José Filipe Ventura Freitas, Manuel de Jesus Albino Rodrigues, José Libório Ramalho, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gualter do Nascimento

Mesquita, António Sérgio da Silva Botelho, António João Alves Trovisco, Rui Manuel Cosme Santos, Moisés do Espírito Santo Caseiro, Maria Delfina Guiomar Sarmiento, Camilo António Morais, Joaquim Manuel Ferreira Seabra, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro, Manuel António de Sá Mico, Maurício dos Santos Correia, Sérgio Avelino Lino, Francisco António Martins, Gumesindo António Gomes e não compareceram dois, Manuel Luís Gomes Vaz e Maria Helena Lopes Gonçalves.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 27 de Setembro de 2011, podê-lo-ia fazer. -----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a acta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 1 abstenção.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----*(Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)*-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Começou a sua intervenção desejando boas festas a todos os presentes e um próspero ano de 2012.-----

-----Seguidamente e por força das circunstâncias que o País vive, abordou a questão da saúde, nomeadamente os meios de socorro e o Hospital, pois há muitas coisas que podem vir a ser postas em causa e no esforço de repartição de custos e sacrifícios, é preciso não perder a inteligência e o equilíbrio. Macedo de Cavaleiros no que diz respeito ao socorro aéreo dispõe desde Março de 2010, de um helicóptero que foi um momento de enorme satisfação não só para os macedenses, mas para todos os nordestinos, pois a sua abrangência cobre não só o Distrito de Bragança, mas também o de Vila Real e o da Guarda. Foi portanto com enorme satisfação que viram o helicóptero estacionado em Macedo de Cavaleiros, perspectivando-se assim que teriam desta forma um socorro rápido para doentes realmente urgentes e acreditam que isso vai continuar. Para que isso aconteça vão fazer um apelo ao Sr. Ministro, pois entendem que nesta época de escassez de recursos, o Estado deve repensar muito bem onde deve gastar o dinheiro. Deve também assumir algumas responsabilidades que tem subcontratado a terceiros, em alguns negócios muito duvidosos e que representam um ónus muito grande para o Estado. Sabem nomeadamente que na questão dos helicópteros é um ónus de cerca de dez milhões de euros num orçamento de 80 milhões de que o INEM dispõe. O Sr. Ministro da Saúde e da Defesa já levantaram a hipótese de integrar os serviços do Estado (Força Aérea) na resolução deste problema. Para nós o que é importante é que a necessidade das populações sejam satisfeitas e que aquilo que foi uma evolução civilizacional no sentido de as pessoas terem os cuidados de emergência aéreos, a aproximarem-se do nível dos Países mais avançados, não haja agora um recuo civilizacional.-----

-----Seguidamente, em nome da Coligação PSD/CDS-PP, apresentou a **moção** que se transcreve: *“Com a disponibilização de mais três helicópteros de emergência médica a partir de Abril de 2010, o INEM aproximou Portugal dos padrões de tempo de socorro pré-hospitalar nos países europeus mais avançados. Foi um momento de grande satisfação para os nordestinos,*



*reconhecendo a sua profunda interioridade e as deficientes acessibilidades, e mitigando as dificuldades de evacuação de doentes urgentes. O helicóptero alocado a Macedo de Cavaleiros tem prestado um inestimável serviço às populações de Trás-os-Montes e do interior norte de Portugal, sendo mesmo o mais utilizado dos cinco helicópteros ao serviço do INEM. Sabemos que é um recurso dispendioso, mas o valor das vidas que já permitiu salvar é incalculável. Seria um retrocesso inaceitável que estes serviços fossem reduzidos, sem cuidar de alternativas que assegurassem um nível semelhante de prontidão de resposta.*-----

*-----Compete ao Ministério da Saúde procurar os meios mais económicos e eficientes para assegurar os serviços às populações, eliminando desperdícios de recursos mas sem comprometer o funcionamento dos serviços de saúde.*-----

*-----Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em 29.12.2011, apela ao Sr. Ministro da Saúde para que continue a assegurar o mesmo nível de prestação de socorro pré-hospitalar às populações do Interior Norte do país, incluindo o período nocturno, reconhecendo a realidade concreta de um território com dificuldades no socorro pré-hospitalar por via terrestre.*-----

**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O Sr. Presidente da Assembleia disse-me um dia, por ocasião de um pedido da palavra da minha parte, que era um prazer dar-ma porque poucas vezes o fazia.”-----

-----Sr. Presidente; há vários motivos para não falarmos ou falarmos pouco e desses vários motivos destaco dois com aplicação a este caso: 1.º para não nos repetirmos constantemente; 2.º para não falarmos para as paredes. Hoje resolvi repetir-me e correr o risco de mais uma vez falar para as paredes!-----

-----Pese o facto de estarmos no final do ano não vou fazer o balanço do mesmo, mas sim tecer algumas considerações sobre a actuação deste Executivo no que diz respeito ao urbanismo desta cidade e ao ordenamento do território de todo o concelho. Mas serei breve e não entrarei em pormenores técnicos. Começo pelo PDM: Aqui há duas Assembleias atrás foi novamente eleito um representante para a nova comissão de acompanhamento uma vez que a anterior havia sido extinta pelo facto de não ter efectuado uma única reunião no prazo de um ano. Todos sabemos quão enredosa é a Administração Central. Todos sabemos o quão difícil é concertar com todos os organismos intervenientes na revisão de um PDM mas, também sabemos que um ano sem reunir a comissão de acompanhamento é pura e simplesmente desleixo e passividade por parte do Município. Se o Município não forçar a marcação de reuniões e insistir com a emissão dos pareceres, não será certamente a CCDR-N que se vai preocupar com isso. Mas, claro está, tem que haver vontade. Um ano sem reunir a Comissão de Acompanhamento resulta em atrasos enormes na Revisão do PDM e por conseguinte em prejuízo para o desenvolvimento do concelho. Se é que o Executivo se incomoda com isso. Alerto aqui que não será nos dois anos que faltam para terminar o mandato, que se conseguirá dar por terminada a revisão do PDM. Será certamente uma grande nódoa na actuação dos responsáveis pela gestão deste território.

-----

-----Agora vem a reforma das Freguesias, a seguir vem as dos concelhos, depois há-de vir uma outra coisa qualquer que nos desculpe e nos permita ir andando. E assim, vamos andando!-----

-----Falo agora do PU ou Plano de Urbanização. Quase tão antigo como o PDM mas mais estrangulador do correcto desenvolvimento urbano desta cidade porque mais específico e mais obsoleto. O PU teve o mérito de trazer à cidade de Macedo de Cavaleiros um instrumento de gestão urbanística com algum rigor e orientação. No entanto a cidade evoluiu física e socialmente e o PU tornou-se inadequado à nova realidade. O PU rapidamente ficou desactualizado e ao contrário de cumprir a sua finalidade de instrumento regulador de um bom desenvolvimento urbanístico trouxe e continua a trazer constrangimentos e impossibilidade de dar à cidade um desenho urbano correcto e desejável. Há inúmeras boas soluções urbanísticas para Macedo e todos nós sabemos que o PU não permite que elas se apliquem e mesmo assim o PU mantém-se inalterado qual paradigma que ninguém quer ou sabe como contrariar. Macedo continua a desenvolver-se como uma manta de retalhos na qual vai sendo cozido trapo atrás de trapo sem se saber onde é o cimo ou o fundo. Não há novas praças, não há novos arruamentos ou vias estruturantes, não há variante, não há a possibilidade de construir habitação que não seja o tradicional esquerdo direito ou a agora inalcançável vivenda unifamiliar. Não há a preocupação de criar verdadeiros espaços verdes e de lazer nos novos loteamentos. A frase que mais se ouviu é “O PU não permite, até ficava bem, era boa ideia era sim senhor mas o PU não permite” e pronto encolhem-se os ombros e resignamo-nos ao todo poderoso e inquestionável PU.-----

-----Ao longo destes anos tem-se perdido tempo e dinheiro em pareceres e opiniões sobre o conteúdo do seu regulamento e em tentativas de contornar a Lei em vez de uma vez por todas se alterar essa mesma Lei que nos atrapalha. As Leis fazem-se para servir os homens e os homens alteram as leis quando estas já não o servem. Aquilo que aqui acabei de dizer, disse-o há alguns anos atrás, ainda no mandato do Eng.º Luís Vaz e curiosamente uma das pessoas com quem conversei sobre isto foi o actual Presidente da Câmara que na altura era técnico de uma empresa de construção e imobiliária. Tivemos algumas conversas sobre este assunto e todas elas foram no sentido da extrema necessidade de alterar ou mesmo suspender o PU. Já com quase três mandatos passados pergunto ao Sr. Presidente se mudou de opinião ou se deixou de ser sua preocupação o bom desenvolvimento urbano desta cidade? A legislação aplicável, nomeadamente na alínea b) do ponto n.º 2 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, diz o seguinte: 2- A suspensão, total ou parcial, de planos municipais de ordenamento do território é determinada: (...) b) Por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sujeita a ratificação do Governo, quando se verificarem circunstâncias excepcionais resultantes de alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano (...). Parece-me que a alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social local é um



facto evidente e neste sentido este PU deveria ser suspenso imediatamente porque efectivamente já não nos serve.-----

-----Meus senhores e minhas senhoras, dez anos perdidos no ordenamento do nosso território, dez anos perdidos no desenvolvimento da nossa cidade. Falta de visão? Ou ainda pior, falta de preocupação com assuntos basilares para o desenvolvimento de um território? Macedo sempre soube montar o cavalo do desenvolvimento quando este lhe passou à porta. Com a chegada da via férrea; Depois com as novas estradas nacionais; e com a construção de alguns equipamentos. Macedo assumiu ao longo de décadas um protagonismo de centralidade e desenvolvimento que agora já não tem.-----

-----A A4 e o IP2 são de facto uma nova oportunidade para seguirmos em frente, no entanto, o trabalho de casa não foi feito e estamos sujeitos a ser derrubados do dito cavalo e passarmos definitivamente a sermos um Município periférico e absorvível numa futura reforma administrativa. Deixo agora aqui algumas questões ao Executivo: - Para quando a central de camionagem e a retirada dos autocarros do centro da cidade? – Para quando uma ciclo via na antiga linha de comboio? – Para quando uma nova Biblioteca e Arquivo Municipal? - O que aconteceu ao Campo de Golf no Azibo? E o Parque de Campismo? E por falar em Azibo o que é aquele barraco vergonhoso junto à primeira praia no qual supostamente funciona um restaurante? Estará de acordo com os requisitos de uma paisagem onde os cidadãos estão proibidos de tudo e mais alguma coisa? – Que negociações teve a Câmara com as Estradas de Portugal para culminar na construção de três nós na A4 um deles directo ao Azibo? Este nó foi por vontade da Câmara? Ou só repararam nele já tarde? – Não teve a Câmara capacidade para negociar uma nova ligação entre Macedo e o nó de Lamas que servisse a zona sul do Azibo e Vale de Prados, ou achou que não valia a pena? – Porque é que as vias intervencionadas desta cidade, como a Av.<sup>a</sup> D. Nuno Álvares Pereira, a Via Sul ou a Alameda N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Fátima, não têm árvores, não têm bancos, não têm papeleiras? – Porque é que a Rua do Mercado continua naquele mísero estado? – Porque é que todo o centro da cidade têm as vias esburacadas? Está sujo, cheira mal? Não tem a mínima dignidade! – Quanto poupa a Câmara pelo facto de desligar candeeiro sim, candeeiro não? E quanto perde a cidade com o aspecto miserável e de abandono que essas lâmpadas apagadas lhe dão? – Uma coisa é poupar outra é ser miserável e pior ainda é ser miserável com intuitos demagógicos.-----

-----A cidade de Macedo precisa de dignidade e a dignidade não é cara basta ter vontade, imaginação e não desbaratar o dinheiro em vaidades estéreis. O problema é que o povo ainda vai em futebóis e outras festividades mas, felizmente, cada vez menos. Termino desejando um Bom Ano para todos.”-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Relativamente à questão do helicóptero do INEM, e rumores que correm sobre o Centro de Emprego, disse que nem vai comentar, só diz que mais valia pegarem em Trás-os-Montes e atirarem-no para o meio do Oceano Atlântico.-----

-----Seguidamente apresentou **as moções** que a seguir se transcrevem: “*PARA QUE A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM SEJA PAGA DIRECTAMENTE PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E NÃO PELOS CONSUMIDORES*-----

-----A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) foi criada pela Lei das Comunicações Electrónicas. Segundo o n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)”.-----

-----“A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes de serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente Município”.-----

-----De acordo com a Lei Geral Tributária, as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público ou na utilização de um bem de domínio público. Há assim que questionar por que razão o sujeito passivo da TMDP tem sido o cliente final dos serviços das operadoras de telecomunicações, quando são as empresas de telecomunicações quem efectivamente utiliza o bem de domínio público. A TMDP é, na verdade, a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos Municípios às operadoras de telecomunicações e não aos consumidores finais. A aplicação da TMDP tem gerado grande controvérsia. O Provedor da Justiça e a ANMP manifestaram também posições críticas sobre a TMDP. Os Municípios reclamam, muito justamente, que as empresas de telecomunicações, embora apresentem lucros muito avultados, nem sempre transferem para os Municípios os valores que cobram aos consumidores. Sucede ainda que a legislação em vigor prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações pelo incumprimento do artigo 106.º, pelo que são absolutamente necessárias alterações à Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em 29 de Dezembro de 2011, delibera: 1- Manifestar discordância pela cobrança da TMDP directamente aos clientes finais; 2- Solicitar à Assembleia da República a alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, para que nomeadamente: a) A TMDP passe a ser suportada directamente pelas operadoras de telecomunicações e não pelos consumidores; b) Sejam previstas sanções para as empresas que, desrespeitando o artigo 106.º, não efectuem o respectivo pagamento aos Municípios. 3- Remeter a presente moção a Suas Excelências o Primeiro-Ministro, o Ministro de Estado e das Finanças, o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares e o Secretário de Estado da Administração Local, e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.”-----

-----**Devidamente apreciada foi esta moção posta à votação tendo sido aprovada por maioria com 59 votos a favor e 16 abstenções.**-----

-----Moção: “A gestão da coisa pública, contrariamente ao anunciado pelo Governo, tem vindo a fazer-se, não pelo corte nas despesas do Estado, mas através do aumento dos



*impostos e dos custos de bens, essenciais ao dia-a-dia dos portugueses, e do corte de direitos antes adquiridos. É o caso do corte nas vacinas, particularmente a do colo do útero, a maneira mais eficaz de contrariar esse tipo de cancro, e o anunciado fim de comparticipação da pílula, o que representa um forte ataque, pelo lado da economia, a uma conquista da mulher portuguesa. Mais recente é a medida aplicada às taxas moderadoras onde está previsto um escandaloso aumento para 10 euros, por consulta, sem qualquer diferenciação do seu cariz. Face a tais determinações, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida a 29 de Dezembro de 2011, condena veemente o fim da comparticipação da pílula e o corte nas vacinas, assim como o aumento das taxas moderadoras, enquanto manifestações da cega aplicação de políticas economicistas, por parte deste Governo, que mais agravam a situação socioeconómica e deterioram o direito democrático dos portugueses.”-----*

**-----Devidamente apreciada foi esta moção posta à votação tendo sido reprovada por maioria com 2 votos a favor 9 votos contra e 64 abstenções.-----**

*-----Moção: “Considerando que o Estatuto dos Benefícios Fiscais, criado pelo Decreto-Lei 215/89, define que para entidades cuja actividade principal se situa nas áreas do interior, a taxa do IRC é reduzida a 15% e, no caso de instalação de novas entidades, essa taxa é reduzida a 10% durante os primeiros cinco exercícios de actividade; Considerando que o Orçamento de estado para 2012 estabelece, em sede de IRC, a eliminação de todas as taxas reduzidas aplicáveis às empresas, passando as do interior a ser abrangidas pelo regime normal, sendo aplicável a taxa de imposto de 20%; Considerando que as empresas do interior, nomeadamente das zonas fronteiriças, como é o caso do Distrito de Bragança, caracterizadas maioritariamente por micro e pequenas empresas de cariz familiar, competem no mercado, nacional e internacional, cada vez mais global e instaladas no País vizinho, onde os custos de energia e combustíveis são mais baixos, situação agravada com o recente aumento do IVA nas tarifas de electricidade e gás; Considerando que a eliminação dos benefícios fiscais à interioridade torna a situação para as empresas ainda mais crítica e é um sinal contrário à coesão e competitividade destes territórios, de abandono e da quebra e solidariedade nacional, como que deixando para trás territórios que hoje se aproximam de um vazio demográfico de difícil, e elevados custos de reversão; Considerando que as regiões do interior, não podem ser deixadas a si próprias, pois há deveres de soberania em que não se podem confundir pessoas com números nem eliminar a relação dos homens com a terra e a preservação da identidade, sem a qual não há futuro; Considerando que muito recentemente este governo desviou 150 milhões dos quadros comunitários destinados a regiões pobres para a região de Lisboa e Vale do Tejo uma das mais desenvolvidas a nível europeu; Considerando que actualmente é no litoral, que representa cerca de um quarto do território, vivem perto de três quartos da população e onde se concentram quase quatro quintos do rendimento nacional, retrato bem evidente do abandono, a que o centralismo votou o Interior, gerando maiores desigualdades, e mais empobrecimento para o País; Considerando que a política fiscal deverá ser um instrumento equilibrado do País e um factor de discriminação positiva, nomeadamente das regiões do Interior.-----*

-----A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida a 29 de Dezembro de 2011, deliberou: - exigir do Governo políticas fiscais de ruptura que promovam a melhoria da competitividade das empresas, nomeadamente as do Interior, com a redução do IRC para o valor zero; - Que sejam revogadas as taxas do IVA, no valor de 23% para a restauração; - Que seja revogada a intenção de portagear a A4 e que os troços actualmente já cobrados sejam de livre circulação.”-----

-----**Devidamente apreciada foi esta moção posta à votação tendo sido aprovada por maioria com 28 votos a favor, 1 voto contra e 46 abstenções.**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Relativamente à questão do helicóptero, apelou a quem de direito, para que durante a noite se mantenha o helicóptero a funcionar.-----

-----Seguidamente apresentou a **moção** que se transcreve: “ Em Maio deste ano, o Governo PS decidiu restringir o quadro legal de atribuição de transportes de doentes (Despacho n.º 7861/2011, de 17 de Maio), excluindo desse apoio os doentes considerados não urgentes pelos serviços, mesmo as situações especiais de utentes que carecem de tratamentos prolongados e continuados. Esta medida veio por em causa a garantia da universalidade e igualdade no acesso de todos os portugueses aos serviços públicos de saúde, como garante a Constituição da República Portuguesa. No Distrito de Bragança deixaram de ser atribuídos a muitos doentes os transportes de que necessitam para acederem a consultas e tratamentos, sendo que, alguns são doentes oncológicos que ficam privados dos cuidados de saúde a que têm direito. Sem transporte estes utentes, de baixas reformas e residentes em localidades isoladas, não podem aceder às consultas e aos tratamentos de que necessitam porque não têm condições para suportar os respectivos custos. Acresce ainda que, na Comissão de Saúde da Assembleia da República, o Senhor Ministro da Saúde interpolado pelo PCP disse que o Governo pensava revogar este Despacho, o que até agora ainda não aconteceu.-----

-----Porque a situação é dramática para muitos doentes, nomeadamente idosos e muitas famílias do nosso concelho, colocando em causa o direito à saúde, A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão de 29 de Dezembro de 2011, decide: 1- Propor ao Governo a tomada de medidas urgentes, mesmo que transitórias, que assegurem a atribuição de transporte a todos os doentes que dele necessitem, justificado clinicamente, garantindo a universalidade de acesso.”-----

-----**Devidamente apreciada foi esta moção posta à votação tendo sido aprovada por maioria com 67 votos a favor e 8 abstenções.**-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Começou por fazer um pequeno comentário à boa condução das considerações feitas pelo Deputado Municipal, Sr. José Madalena pois fê-lo de uma forma politicamente hábil. No entanto alerta para a necessidade de estarem atentos aos interesses da população, não podendo assim estar a justificar a abolição de serviços porque não há justificação possível, uma vez que somos a população de Portugal mais ostracizada, abandonada, ignorada e omitida. Gostaria que nesta





Assembleia todos comungassem nestas iniciativas como já aconteceu no passado, tendo-se obtido bons resultados. Foi assim que se mantiveram os serviços de urgência e outros serviços de saúde e neste momento não vão dar este serviço de bandeja.-----  
-----Referiu-se ainda à inoperacionalidade forçada nocturna do helicóptero, fazendo a intervenção que a seguir se transcreve: “ Esta minha intervenção surge no sentido de relembrar que foi com muito esforço e sacrifício que o Governo de José Sócrates decidiu colocar, em Macedo de Cavaleiros, um helicóptero do INEM operacional 24 horas por dia, cumprindo de forma séria e responsável com os compromissos assumidos com o povo transmontano, particularmente na figura dos Presidentes dos Municípios. Ganhas as eleições Passos Coelho, transmontano mais do que qualquer outro, logo deveria estar sensível aos problemas inerentes da nossa Região, nomeadamente envelhecimento, maus acessos e orografia acidentada e o que é que nos acontece? Não chegava discordarem com a auto-estrada transmontana, como adoptam políticas desajustadas que cada vez mais prejudicam o nosso povo, que é sempre cobaia, para medidas prejudiciais e nunca para iniciativas benéficas. O povo não é apoiado pelos seus representantes políticos, que mais uma vez têm intervenções pouco consentâneas com a confiança que neles foi depositada. Limitam-se a constatar factos consumados e não se manifestam discordando das medidas inadequadas e desajustadas para com esta região ignorada, depauperada e ostracizada pelo Poder Central. O orgulho transmontano exige dignos representantes, gente de coragem que não se limitem a ser comprados com futuros cargos garantidos, ou com chantagens que pouco dignificam a classe política. Além do mais, têm a seu favor um grande argumento, pois é este helicóptero dos três que estão colocados no interior que tem mais tem operacionalizado e talvez mais vidas salvou, pois é no período nocturno que ocorrem mais enfartes. Serve uma ampla região onde as tarefas habituais do povo, nomeadamente com a apanha da azeitona e cereja, sofrem frequentemente muitas quedas. A maior parte dos terrenos são acidentados e de difícil acesso, sendo só possível chegar lá de helicóptero. Muitas vezes o acesso aos serviços de trauma nomeadamente o nosso, já aqui foi feita a menção disso o ano passado, foi considerado o 4.º melhor do País, portanto é uma referência e significa que trabalhamos e muito, podendo mesmo confirmar que neste ano, foram feitas 1.200 cirurgias de trauma que poucos Hospitais Centrais do País conseguem. Têm portanto todos os argumentos válidos para não deixar cair por terra esta solução. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara assumisse perante os representantes da população do concelho, quais as medidas que está a pensar tomar para impedir que nos espoliem de mais um serviço essencial, conquistado pelos socialistas e empenhe o futuro das nossas gentes. Queremos saber se estão na disponibilidade para convocar toda a população do concelho para nos manifestarmos, disponibilizando os autocarros como fizeram quando achincalharam o Luís Vaz, que vimos que foi uma coisa muito injusta porque foi uma pessoa que sempre conseguiu manter serviços e sempre lutou por eles. Quero ver se são essas mesmas pessoas e com os mesmos autocarros que vão achincalhar o Governo do PSD. Espero que haja o mesmo tipo de coragem e envolvimento de todos nós. Estou convicto que a Comissão de Saúde partilha desta minha opinião porque é uma Comissão que eu considero

séria liderada também por uma pessoa séria. Penso que alguma acção com repercussão na opinião pública deverá ser tomada, pois nenhum argumento justificará sacrifícios que ponham em causa a condição humana dos idosos, que tanto deram à nossa terra e ao nosso País. Não gostaria de terminar sem que alguém me pudesse comentar uma informação, que me chegou ao fim da manhã proveniente da CIR e que tem o símbolo do PSD e que diz o seguinte: “O PSD de Macedo de Cavaleiros diz que não existe viabilidade financeira para o Helicóptero do INEM continuar a fazer missões nocturnas”. Isto é condenável e não é digno de alguém que representa o nosso concelho.-----

-----Em resposta às declarações do Presidente do INEM, aproveito para vos dizer que este devia ser outra pessoa que devíamos fazer emigrar para o Alasca, para ver o que era um território inóspito e saber realmente o que são as limitações dos povos autóctones. Que fizesse lá um estágio e depois viesse fazer este tipo de comentários. O Presidente da Concelhia Laranja de Macedo diz que o serviço é dispendioso para o País. Uma pessoa que diz isto, não está a defender os nossos interesses, nem é digna de estar no nosso Concelho. Diz que depois de feito o estudo económico que ficava um pouco dispendioso e isto acontece porque o Ministério da Saúde está a pagar a pessoas inqualificadas para os lugares que exercem e nós temos que lhe continuar a pagar, fruto do devaneio que veio do Governo de Sócrates. O Governo de Sócrates dá-nos um serviço e nós ainda o condenamos? Tiram-nos esse serviço e vamos bater-lhe as palmas? Não estamos aqui a ser coerentes nem correctos. Isto foi uma afirmação do Eng.º Carlos Barroso que ainda diz que não vale a pena por o nome nas pessoas, porque toda a gente sabe quem elas são. Mas devia pôr, para todos saberem quem são as pessoas e poderem avaliar as suas afirmações. Contudo, refere que o helicóptero continua em Macedo e assim temos de pagar os salários indevidos a quem não merece recebê-los. Continua a dizer que depois do estudo que fizeram, temos de continuar a suportar salários de gente que não tem qualificações para as actividades que exercem. Isto sem comentários, porque senão temos de falar de pessoas que são admitidas na Câmara a fazer não sei o quê. Em causa estão os helicópteros do INEM em Macedo de Cavaleiros, Aguiar da Beira e Loulé. Se alguém tem de suspender os serviços do Helicóptero, suspendam os outros, mas deixam o nosso, que é mais rentável e o que mais se justifica estar activo pois está a servir uma região com população envelhecida, depauperada e sem meios.”-----

-----Seguidamente entregou a **moção** que a seguir se transcreve: “ ENCERRAMENTO DO SERVIÇO NOCTURNO DO HELICÓPTERO INEM-----

-----É com a maior apreensão e preocupação que a Bancada do Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros toma conhecimento através das palavras do Sr. Presidente do INEM, que este organismo está a equacionar o encerramento do serviço nocturno que está a ser assegurado pelos três helicópteros sedeados em Macedo de cavaleiros, Aguiar da Beira e Loulé. Os argumentos apresentados fazem transparecer uma visão economicista assente na falta de sensibilidades para com as questões do interior do país e baseadas em mera análise estatística. Até este momento, o serviço prestado por estes meios aéreos sempre foi visto como um serviço eficiente em regiões onde ainda são notórios os problemas de



acessibilidades, nomeadamente em acessibilidades intermunicipais, com particular incidência na região de Trás-os-Montes.-----

-----Será oportuno referir, que a imagem positiva e de grande utilidade que este meio de transporte de emergência médica foi granjeando, podem traduzir-se precisamente nas palavras que ao longo da sua existência foram sendo proferidas por pessoas responsáveis, nomeadamente do próprios INEM, das quais destacamos o Delegado Regional do INEM no Norte, Luís Meira quando, entre outras afirmações, este foi dizendo e passamos a citar: "...Neste momento o helicóptero de Macedo é o que tem mais produtividade"; "O facto de o helicóptero ter uma vasta área de abrangência uma vez que serve dois Distritos, o de Bragança e Vila Real, pode ser uma das razões para justificar a sua grande utilização"; "Em Bragança e Vila Real, muitas vezes o helicóptero é a primeira escolha para muitas ocorrências."-----

-----No mesmo sentido, devem ser referidas as palavras proferidas em defesa deste serviço, pelo Deputado pelo Distrito de Bragança, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Presidente desta Assembleia, Adão Silva, quando após três meses de actividade o serviço ficou momentaneamente inoperacional por falta de disponibilidade da equipa médica e que passamos a citar: "...A colocação de um helicóptero do INEM em Macedo de Cavaleiros com vocação para servir toda a região transmontana decorreu de um compromisso do Ministério da Saúde, vertido em diversos protocolos estabelecidos com as Câmaras Municipais locais"; "Nos três meses de operação do helicóptero do INEM, foram largamente cumpridas as expectativas das populações e dos serviços de saúde: intervenções rápidas e eficientes em situações de emergência, disponibilização de cuidados de saúde adequados e encaminhamento célere dos doentes emergentes para as urgências hospitalares mais adequadas".-----

-----Em sentido oposto e causando grande perplexidade, vem agora o Sr. Presidente do INEM, Miguel Soares de Oliveira dizer que "há claramente que olhar bem para isto e decidir se o País deve estar a pagar algo que não tem a utilidade necessária ou se deve alocar esse dinheiro a outro projecto mais útil".-----

-----São estranhas estas palavras do Presidente do INEM, consideramos mesmo que estas palavras são atentatórias dos sentimentos e respeito que merecem as populações do interior, pois não percebemos que "projecto mais útil" poderá o Presidente do INEM encontrar, que salvar a vida destas gentes, neste caso dos transmontanos ou daqueles que estejam de passagem por este região. Olhando para o seu curriculum, estranhemos a sua posição, pois quem melhor que ele pode avaliar o que representa transportar feridos emergentes provenientes de concelhos como Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Vimioso, Miranda do Douro entre outros para Bragança? Será que as duas horas de viagem de Freixo a Bragança em ambulância com um ferido grave se podem comparar aos dez minutos de helicóptero? Por ventura já alguém se preocupou em saber quantas vidas já foram salvas por este meio aéreo tanto em serviço diurno como nocturno? A presença de um helicóptero nos Distritos de Vila Real e Bragança estacionado em Macedo de Cavaleiros, faz parte de um processo negociado

com o governo, com vista à ultrapassagem de constrangimentos provocados pelo encerramento de alguns SAP e pela deficiente rede de comunicações ainda existente na região. Não são desprezíveis nem podem de modo algum ser escamoteados os avultados investimentos feitos em infra-estruturas para que este serviço fosse implementado na região, dos quais podemos destacar a construção, de raiz, do Heliporto Municipal de Macedo de Cavaleiros e a remodelação total, respondendo a todas as exigências do INAC, do Heliporto da Unidade Hospitalar de Bragança, que acaba de ser certificado para voos nocturnos. Este meio aéreo de emergência médica, abrange uma área directa de influência com cerca de meio milhão de habitantes, sendo o seu serviço diversas vezes solicitado para outras regiões do País para lá dos Distritos de Bragança e Vila Real. Tendo por objectivo a manutenção deste serviço, a Bancada do Partido Socialista apresenta esta Moção à Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros. Após a sua discussão e votação, deve a mesma ser enviada aos órgãos competentes para conhecimento, nomeadamente ao Governo, ARS Norte e INEM.”-----

-----**VITOR HUGO BATISTA MATOS (PS)** – Começou a sua intervenção dizendo que se apercebeu que tinham sido serrados alguns postes da toponímia, nas zonas mais periféricas da Cidade. Isto torna-se um pouco irónico, pois o Sr. Presidente da Câmara vem justificar que não colocou luzes na rua porque não havia dinheiro, e agora vê os postes serrados!. Pretende assim que o Sr. Presidente explique esta situação. Continuou dizendo que como a maioria deve saber, no dia 16 de Dezembro foi aprovada pela Assembleia da República a Revisão da Lei dos Conselhos Municipais de Juventude, logo pretende que o Sr. Presidente da Câmara lhe diga se vai ser em 2012 que a Câmara o vai implementar no Concelho de Macedo. Quanto à Zona Industrial e atendendo às queixas constantes dos Empresários é lamentável que ainda haja, estradas com lama. Fez ainda reparo às tampas de saneamento nessas estradas, pois estão muito salientes e as viaturas que vão para a Zona Industrial, principalmente em dias de nevoeiro, não tendo a percepção rápida das mesmas podem muito bem sofrer algum acidente.-

-----**MARIA MANUELA SANTOS (PS)** – Começou por reforçar o que aqui foi dito pelo Sr. Benjamim Rodrigues, pois se não houver união entre todos, não vão a lado nenhum. Hoje fazem um coisa, amanhã desfazem e o nosso concelho vai-se fragmentando e vai ser engolido por outros que têm mais poder. Seguidamente fez a intervenção que se transcreve: “ António de Melo, Jesuíta, num dos seus livros apresenta o seguinte exemplo: Os vínculos deturpam a nossa percepção, era um tema frequente das palavras do Mestre. Os discípulos tiveram o exemplo perfeito disso mesmo, quando ouviram o Mestre perguntar a uma senhora; como está a sua filha? Minha querida filha. Que sorte que ela tem. Casou com um homem maravilhoso: tem carro, tem as jóias que quer, tem uma multidão de criados. O marido serve-lhe o café de manhã na cama e ela não se levanta antes do meio-dia. Que cavalheiro! E o seu filho? Esse é um pobre rapaz. Casou-se com um rico traste. Ela tem carro, todas as jóias que deseja e um exército de criados e fica na cama até ao meio-dia. Não se levanta nem para vir servir o pequeno-almoço ao marido. Focalizemo-nos na nossa realidade de vínculos: - Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros (CHN-E.P.E.), perda de serviços. Há uns anos atrás, estava o PS em maioria no Governo, tínhamos um Deputado deste Concelho na Assembleia



da República e o PSD em maioria na Câmara e nesta Assembleia. Face à deslocação da ortopedia de urgência para Bragança, à saída da cirurgia para Mirandela e à possibilidade de fechar o serviço de urgência, todos se uniram e houve uma manifestação pública no 25 de Abril que pecou porque quase houve um linchamento de um Deputado PS, na Assembleia da República. A Comissão de Saúde de então, desdobrou-se em reuniões e deslocações com os representantes das várias Instituições de Saúde e com o Governador Civil e conseguiu-se o que alguns consideraram impossível. No momento actual estando o PSD/CDS-PP, em maioria no Governo, havendo dois Deputados do Concelho na Assembleia da República e com o PSD/CDS-PP em maioria na Câmara e Assembleia Municipal, face à perda do serviço de ORL, ao despedimento de vários profissionais, ao eventual fecho da urgência e perda do helitransporte à noite, o que é que nós vemos? Um partido que mostra compreensão perante a possível perda do helicóptero à noite, o que vai abrir uma porta para que ele vá definitivamente embora, dizendo que isso constitui despesismo. Repensem, pois a vida das pessoas não tem preço. Vi um cartaz perto do Hospital pedindo ao CNH, para ter vergonha. Confesso que quando vi imaginei que vinha de qualquer quadrante político, mas quando vi o símbolo e as cores de determinado partido, juro que dei a volta à rotunda e voltei a ver, porque quis certificar-me o que os meus olhos estavam mesmo a ver. Terminando deixando uma pergunta para reflexão: Quem deve ter vergonha; O CNH ou as pessoas que conforme “a mãe” tem atitudes e comportamentos diferentes, face à mesma realidade? Se não nos juntarmos não teremos Concelho.”-----

-----Relativamente a esta matéria o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse que não aceita que retirem o helicóptero de Macedo de Cavaleiros, nem de noite, nem de dia e como já disse publicamente acha que as palavras do Sr. Presidente do INEM foram no mínimo destemperadas, fora de tempo e descabidas. Não quer estabelecer grande história sobre esta questão, que todos conhecem muito bem. A verdade, é que este helicóptero foi dado como contrapartida pelo encerramento de diversos serviços de saúde de proximidade, nomeadamente dos serviços nocturnos que existiam nos Centros de Saúde. Não pode aceitar que após os terem forçado a uma troca, agora lhes tirem a outra que ganharam, ou seja tiraram-lhes os serviços de proximidade e substituíram-no pelo helicóptero e agora tiram-lhes este também! Não é justo nem aceitável e até já tinha dito ao Sr. Ministro da Saúde que quando tivesse de chegar ao momento difícil de cortar serviços da rede de cuidados de saúde que existem no País não estabelecesse a razão do corte na base do rácio, (entre o número de população que aquele serviço de saúde serve), porque se assim for, quem vai ficar prejudicado vai ser o interior e só vai contribuir para a litoralização do País. Fui muito claro, assim como o Sr. Ministro da Saúde também, o foi na sua resposta.-----

-----A título pessoal e nas funções institucionais enquanto Presidente da Assembleia Municipal, bater-me-ei ao lado daqueles que se quiserem bater, pela manutenção do helicóptero de dia e de noite, e sobre isto não haja a menor dúvida. Disse ainda que podem tratar esta questão de duas maneiras, uma será fazerem aqui “uma guerra campal”; outra

fazerem uma moção conjunta com todos os partidos com assento nesta Assembleia e com a qual todos estejam de acordo e votem favoravelmente.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente às intervenções que na sua maioria são centradas na questão do helicóptero sediado no Heliporto de Macedo e o facto de voar ou não à noite e estar ou não estar disponível para as equipas do INEM, achou bem a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia relativamente à moção. Informou que no dia 30 de Dezembro se irá realizar no Centro Cultural uma reunião com todos os Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Bragança para em conjunto tomarem uma posição sobre o tema da saúde, especialmente do helicóptero. Chamou ainda à atenção para a problemática da área da saúde, que vai muito para lá disto e devemos centrar-se não só na questão do helicóptero, mas também nas urgências, emergência, nas valências do Hospital e na forma de funcionamento. No momento que vivemos haverá grandes tentações e vontade de haver ainda mais cortes, limitações e diminuição de cuidados e da qualidade da prestação dos serviços de saúde.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Pedro Mascarenhas disse que sabe muito bem as respostas às questões que colocou na sua intervenção, pois são recorrentes e não é verdade quando diz que falar ali é falar para as paredes. São processos ali abordados recorrentemente e do conhecimento de todos. Regista algumas posições pessoais de interpretação da gestão municipal e intervenção urbanística.-----

-----Fez também referência à moção apresentada pelo Deputado, Rogério Martins relativamente à questão da Saúde.-----

-----Abordou também a questão apresentada pela Deputada Idália Mateus, sobre a justiça social que é algo que tem sempre presente.-----

-----Ouviu a intervenção do Deputado, Benjamim Rodrigues sobre as questões de saúde, mas esta com umas nuances mais político partidárias e com uma interpretação da história da saúde muito pessoal, mas que seja no sentido de procurar uma convergência nesta luta, podendo ser dispensada a forma e a terminologia como foram feitas algumas referências, particularmente a referência aos políticos.-----

-----Sobre a intervenção do Deputado Vítor Matos relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, espera pelo novo enquadramento para saber qual vai ser a posição e perspectiva. Quanto aos postes que foram serrados informou que foi para serem reabilitados.-----

-----Zona Industrial e estradas com lama, informou que a Câmara tem vindo a desenvolver um projecto de pavimentação programado com o início de actividade das empresas, e não está a ver nenhuma empresa em laboração, que tenha os acessos com lama.-----

-----Na intervenção da Deputada Manuela Santos foi feito um paralelismo com a famosa manifestação do 25 de Abril, pôs em dúvida o comportamento de responsáveis institucionais e políticos, onde presume que é sua pretensão integrar também o Presidente da Câmara de Macedo. Lembra que quando foi a manifestação do 25 de Abril, estava em causa a perda dos Serviços de Ortopedia, grande emblema do Hospital de Macedo, perda da cirurgia e da



urgência e foi na altura, antes da manifestação, muito criticado na Assembleia Municipal pelos companheiros por não avançar para a manifestação. No início defendeu sempre a resolução do problema, sem passar pela manifestação pública e neste momento é da mesma opinião. É necessário terem uma visão de unidade, verdade e clareza e a apresentação do tema da manifestação, da resolução e da concretização do processo de urgência e de instalação do helicóptero é muito clara, tem história e as verdades são o que são e é necessário haver rigor nas coisas. Por último disse que da sua parte, enquanto Presidente da Câmara, as diligências têm sido desenvolvidas com o Ministério da Saúde, com o INEM, com a ARS, e com o Presidente da Reforma da Rede de Urgências.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**LUÍS INÁCIO FERNANDES GONÇALVES (PSD)** – Fez referência a duas questões que se passam na cidade: uma é relativamente aos grafismos existentes nas paredes dos prédios, que os envergonha a todos sugerindo, ao Sr. Presidente que a Câmara diligencie no sentido de descobrir os autores destes actos que provavelmente não será difícil, porque os grafismos são todos comuns. Outra questão é referente aos assaltos que se têm verificado na cidade e isto leva a que as pessoas andem sobressaltadas. Era bom que este assunto fosse tratado conforme merece. Quanto à saúde, será também um dos lutadores para que os serviços de Saúde continuem em Macedo.-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara que se gostasse de se ouvir e de ser ouvido, viria mais vezes falar nesta Assembleia, porque tem oportunidade para isso. Na verdade se não vem é porque não quer. Disse ainda que as opiniões que ali trouxe são realmente suas, tal como as preocupações, enquanto cidadão de Macedo. Deixou o registo da hábil não resposta às questões que lhe colocou.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO SILVA MADALENA (PSD)** – Relativamente à intervenção do Deputado, Benjamim Rodrigues disse que de facto a moção que apresentou merece no conteúdo a sua completa concordância, só na forma é que lhe parece um pouco excessiva, nomeadamente na menção que faz a nomes. É obvio que os preocupa as ameaças que pendem sobre a urgência e o Hospital de Macedo. Se Macedo e outros concelhos do interior têm vindo a perder população é fruto de políticas erradas conduzidas a partir do Poder Central que tem uma visão parcelar das questões e tem alimentado o despovoamento do Interior. Entende que já é tempo de começar a pensar nas coisas como devem ser pensadas, pois qualquer dia está tudo concentrado na faixa Litoral. O Hospital de Macedo tem as valências que tem e algumas são de excelência. A Ortopedia é a sua maior bandeira, mas tem ainda outros serviços que são quase únicos no Distrito e ainda outros serviços que se complementam com os outros Hospitais. Também a nível de Comissão de Saúde foram sempre muito ponderados naquilo que pediam, porque tiveram sempre a noção de que as coisas custam dinheiro, embora sabendo que também havia desperdícios e muito despesismo injustificado. Manifestou ainda desagrado pelo facto de a Rádio Onda Livre ter deixado de ouvir a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal. Sobre a questão da urgência e na discussão que está a decorrer, têm obviamente que se debater pela manutenção deste serviço e vão argumentar a

favor disso. A Comissão de Saúde está atenta e não deixará de estar ao lado da população de Macedo na defesa dos serviços, que tanto custaram a conquistar e que efectivamente merecem continuar.-----

-----Relativamente às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, pelo seu Deputado Rogério Martins concorda que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), nomeadamente das Empresas de Telecomunicações deviam ser imputadas aos custos das Empresas e não da forma como são reflectidas no consumidor, mas, são políticas que dizem respeito ao domínio fiscal. Quanto às Taxas moderadoras por muito que lhes custe era necessário haver algum ajuste neste domínio, lamentando que tenha sido tão drástica para os utentes. Quanto à pílula contraceptiva pensa que há alguma inverdade no que se afirma, pois esta continua a ser comparticipada, pelo menos até ao momento. Quanto à moção que apresentou das Portagens, disse que já tinha sido aprovada há algum tempo atrás uma moção nesta Assembleia Municipal que tinha a ver com as futuras portagens na A4 e neste momento já as portagens praticadas na A24. Pensa que é uma situação em que se vai chegar a uma triste conclusão, pois o que se está a passar nas ex-SCUTS que estão a ser portajadas, é que há um desvio muito grande de tráfego para as antigas estradas nacionais, arriscando assim o resultado inverso. Disse que quanto ao IRC, foi um mau sinal retirar o regime especial que vigorava para o Interior, pois embora não produzisse grande efeito, porque efectivamente o que se verifica é que o IRC incide sobre o lucro tributável e normalmente as empresas durante os primeiros 3 ou 4 anos não apresentam lucros visíveis, sendo uma medida mais simbólica do que real.-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Disse que começa a gostar da intervenção das pessoas que integram esta Assembleia Municipal, começando mesmo a rever-se um pouco na coragem das mesmas que estão a assumir uma união que na sua essência é o que os vai mover e os vai fazer ir para a luta. Deixa também a sua satisfação pelo facto do Sr. Presidente da Câmara se estar a assumir como macedense, pondo de parte as questões políticas. É isso que todos devem fazer e gostaria de ver o envolvimento de todos os membros desta Assembleia Municipal, para que todos juntos consigamos fazer valer os nossos direitos.-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Presidente, lamenta que quando lhe respondeu não se encontrar na sala, mas ainda apanhou uma réstia de resposta e relativamente à celebre manifestação do 25 de Abril e acredita piamente na seriedade das suas palavras. No entanto não há só que parece-lo, há que sê-lo, pois nessas circunstâncias no lugar do Sr. Presidente da Câmara teria feito uma intervenção perante as pessoas que lá se encontravam, que eram maioritariamente PSD e diria a essas pessoas para terem um comportamento digno e cívico e que respeitassem os Macedenses e não achincalhassem as pessoas.-----

-----**PONTO 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.1 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO DOCUMENTO ELABORADO PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REFORMA DO PODER LOCAL**-----





-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lamalonga, Camilo António Morais**, que informou que sobre este assunto foi realizada uma reunião entre todos os Presidentes de Junta do Concelho de Macedo de Cavaleiros, onde elaboraram um documento que de certa forma foi vertido neste que foi elaborado por uma grupo específico dentro do próprio grupo, tendo sido posteriormente limado e votado por unanimidade, na reunião da Comissão de Acompanhamento da Reforma do Poder Local. É necessário que haja unanimidade absoluta de todos os macedenses contra o que podem perder, pois não estão em causa só as Freguesias, mas também o Concelho. Têm de criar um forte lóbis para que um dia o concelho de Macedo, não seja absorvido ou estrangulado pelos outros dois concelhos que o rodeiam.--

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a seguinte intervenção: “ A CDU é frontalmente contra o livro verde. Para nós não é mais que um livro negro e o que está em causa é voltar à velha proposta de Miguel Relvas aquando do Governo PSD de Durão Barroso de destruir o Poder Local Democrático saído da Revolução de Abril. A CDU é claramente contra a extinção das Freguesias designadamente no Concelho de Macedo de Cavaleiros e em alternativa propõe que se reforcem as suas atribuições e competências bem como os seus meios financeiros. Assim, a CDU declara que não subscreveu o texto nem poderia votar a favor do mesmo, dado que este aceita implicitamente a extinção das Freguesias no nosso Concelho.”-----

-----**CAMILO ANTÓNIO MORAIS (PS)** – Disse haver aqui alguma confusão porque o documento votado pelo Grupo de Trabalho não prevê a extinção de freguesias, aliás opõe-se à sua extinção. Falaram inclusivamente que as freguesias que se tornaram urbanas aquando da elevação de Macedo a Cidade, pelas suas características rurais se mantivessem como freguesias. Portanto o documento não defende a extinção de freguesias, muito pelo contrário.--

-----**MARIA MANUELA SANTOS (PS)** – Disse que não tendo estado presente na reunião que elaborou este documento, mas partindo da unanimidade de opiniões e podendo ser ingénua a única coisa que acrescentaria ao documento era no ponto 3 e ponto 4. Aquilo que as pessoas pensam sobre quais são as atribuições e competências das futuras. É verdade que tem de ser o Governo a definir, mas nós devíamos dar a nossa opinião, porque cada Freguesia é uma Freguesia e é verdade que uma Freguesia Rural não tem nada a ver com uma Freguesia Urbana e nós somos maioritariamente uma Freguesia Rural.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Pensa que este documento constitui o consenso possível com todo o Grupo que o elaborou. Neste momento não permitia ir mais longe perante a ausência da Lei, que é da estrita competência da Assembleia da República, (o que acontecerá durante o mês de Janeiro). Sem conhecerem os critérios concretos e as contrapartidas que favoreçam a não extinção, mas o agrupamento de Freguesias, importa aguardar para poder prosseguir o trabalho e a Comissão possa produzir mais frutos.-----

-----Seguidamente foi lido o documento que a que a seguir se transcreve: “ A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão ordinária de Dezembro, deliberou

acerca do “Documento verde da Reforma da Administração Local”, apresentar os seguintes contributos: 1- Macedo de Cavaleiros é um concelho que integra o Distrito de Bragança, com uma população eminentemente rural, dos quais 2 terços residem nas aldeias. Possui algumas particularidades a ter em conta na definição da matriz a adoptar para delinear os agrupamentos de Freguesias, designadamente: - Concelho extenso com 38 Freguesias e 67 localidades, ocupando uma área de 696 Kms2, com uma população de cerca de 16 000 habitantes; - Uma extensão significativa de rede viária e de redes de abastecimento de água; - Enormes extensões de superfícies florestais e silvo-pastoris para preservar; - A distância entre as sedes de freguesia mais afastadas é de 70Km; - 17 das freguesias existentes possuem mais do que uma unidade territorial; - Há 9 freguesias urbanas, 8 das quais são eminentemente rurais, com as dificuldades de serem devidamente enquadradas nos princípios matriciais do Documento Verde. Com a publicação da Lei n.º 55/99, de 24 de Junho, a Vila de Macedo de Cavaleiros foi elevada à categoria de cidade, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1999. Embora talvez não tivesse sido imprescindível a sua inclusão, a verdade é que foram agregadas à sede de concelho as seguintes Freguesias rurais: Amendoeira, Carrapatas, Castelãos, Grijó, Vale Benfeito, Vale da Porca, Vale de Prados e Vilar do Monte, não tendo produzido qualquer efeito sobre o funcionamento dos seus Órgãos, durante estes anos, mantendo a sua ruralidade. Nessa conformidade, pretendemos que neste processo de reestruturação não seja considerado o estatuto então adquirido, com vantagem para a constituição das futuras eventuais agregações, considerando-as para este efeito como Freguesias Rurais.-----

-----2- A Assembleia Municipal partilha da posição dos senhores Presidentes das Freguesias, reunidos em 23 de Novembro último, onde manifestaram a sua discordância relativamente a esta divisão administrativa por se cingir exclusivamente às Freguesias.-----

-----3 – O Governo deve definir quais as suas novas atribuições e competências das futuras Freguesias, bem como que meios financeiros lhe irão ser afectos.-----

-----4- No caso de se vir a concretizar a agregação de Freguesias, alertamos para a necessidade da nova Lei referir o critério para atribuição da Sede de Freguesia.-----

-----5- Relativamente à definição de continuidade territorial, concordamos que a fronteira geográfica não seja o único factor determinante, devendo ser considerada a sua acessibilidade viária directa.-----

-----6 – Alertamos para o facto de que a agregação das Freguesias pode gerar um acréscimo de custo ao Município pela assumpção de funções que as Freguesias estão a exercer com elevado grau de satisfação das populações.-----

-----7- Os critérios a utilizar para as possíveis agregações de Freguesias, nos concelhos do interior, deverão ser uniformes, evitando disparidades entre concelhos vizinhos.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado este assunto a Assembleia Municipal por maioria com 71 votos a favor, 2 votos contra e 4 abstenções, deliberou aprovar o documento elaborado pela Comissão de Acompanhamento da Reforma do Poder Local.--**

-----**PONTO 2.2- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO ÂMBITO DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO**-----



-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Informou que quando foi eleito Presidente de Junta, criou na sua Freguesia Vilarinho de Agrochão um Gabinete de Apoio à população. Incentivou desde logo a que as pessoas tratassem de obter a senha da Segurança Social e das Finanças e quando precisassem de certidões destes serviços, que estão sedeados em Macedo, se dirigissem à Junta de Freguesia e em 5 segundos teriam a documentação na mão evitando assim a deslocação à Cidade. Frizou que ainda não foram todas, mas garante que algumas pessoas já aderiram e já tiveram oportunidade de verificar as vantagens.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros tem procurado adaptar-se aos tempos. Recordo que há cerca de 3 anos começamos por uma mudança: alteramos as sessões para o período nocturno, permitindo assim que não se desperdiçassem dias de trabalho dos seus Deputados Municipais. Não foi por imposição da Troika, foi por decisão nossa. Neste mandato iniciou-se uma nova fase com o envio parcial da documentação da Assembleia por correio electrónico. Pretendemos que no novo ano de 2012 toda a documentação das sessões, bem como outros documentos considerados relevantes, sejam enviados por correio electrónico, sendo apenas entregue aos Deputados Municipais em versão papel, as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Documento de Prestação de Contas.-----

-----Para tal será necessário que todos os Deputados Municipais disponham de uma conta de correio electrónico, estando os serviços da Assembleia disponíveis para ajudar em caso de alguma dificuldade. Os ficheiros informáticos de maior tamanho não serão enviados em anexo mas sim através de hiper ligações na própria mensagem de correio, de forma a não “entupir” algumas caixas de correio electrónico de menor capacidade. O sítio na Internet da Câmara Municipal deverá conter as actas e outros documentos relevantes da gestão do Município, no sentido de facilitar a consulta por parte dos munícipes interessados.”-----

-----**PONTO 2.3 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:-----

-----**PONTO 2.4- PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA E DA DEFINIÇÃO DA RESPECTIVA TAXA A INCIDIR SOBRE O EXERCÍCIO DE 2011, PARA COBRANÇA POR PARTE DOS SERVIÇOS COMPETENTES DO ESTADO 2012 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 6 DO ARTIGO 64.º E A LÍNEA f), DO N.º 2 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO, CONJUGADO COM O PREVISTO NA ALÍNEA b), DO ARTIGO 10.º E ARTIGO 14.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2011.11.28, que se transcreve: “

PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA E DA DEFINIÇÃO DA RESPECTIVA TAXA A INCIDIR SOBRE O EXERCÍCIO DE 2011, PARA COBRANÇA POR PARTE DOS SERVIÇOS COMPETENTES DO ESTADO 2012-----

-----Sobre o assunto presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve:

“I – Da motivação da Proposta – Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 10.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, que revogou a Lei n.º 41/98 de 6 de Agosto, constitui receita do município o produto da cobrança da derrama lançada nos termos do preceituado no art.º 14.º de tal diploma legal. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 14.º do citado diploma legal, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal uma actividade de natureza comercial industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. Considerando que, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria colectável superior a 50.000€, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município será determinado pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos comerciais que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional. Considerando que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse 150.000€. Considerando que, nos termos das disposições combinadas constantes da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea e) e f) do n.º 2 do artigo 53.º ambas da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar o valor anual da taxa da derrama. Considerando que num contexto de rigor orçamental é imperioso reforçar a capacidade financeira do município designadamente através de impostos municipais como é o caso da derrama o qual incide sobretudo, sobre as grandes empresas que possuem balcões e representações no concelho de Macedo de Cavaleiros, designadamente a EDP, os bancos e as companhias de seguros de modo a permitir a execução de projectos e obras fundamentais para o progresso e desenvolvimento sustentável deste concelho e por esta via proporcionar a melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes. Considerando que efectivamente o concelho de Macedo de Cavaleiros apesar do continuado esforço de investimento municipal em infra-estruturas, continua a carecer de mais obras que potenciem o seu desenvolvimento. II da Proposta – Assim com base nos fundamentos de facto e de direito acima vertidos proponho à Câmara Municipal com vista à respectiva apreciação discussão e aprovação o seguinte: a) Que delibere aprovar proposta de lançamento da derrama com um valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), com volume de negócios no ano anterior superior a 150.000€ que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do concelho de Macedo de



Cavaleiros para sujeitos passivos residentes em território português que exerçam a título principal uma actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território. b) Que delibere aprovar proposta de lançamento da derrama com taxa reduzida de 0,0%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) com volume de negócios no ano anterior igual ou inferior a 150.000€. c) As taxas da derrama, ora propostas, incidirão sobre o exercício económico de 2011, cuja cobrança se efectuará em 2012. d) Que no caso de a presente proposta ser aprovada pela Câmara Municipal, deverá a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para obtenção da necessária aprovação. e) Posteriormente logo que os órgãos municipais aprovem esta proposta deverá tal deliberação ser comunicada por via electrónica à Direcção Geral de Impostos até ao dia 31 de Dezembro de 2011, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 8 do art.º 14.º da Lei das Finanças Locais”.

-----DELIBERAÇÃO: Após concluída a apreciação e discussão deste assunto a Câmara Municipal por maioria de três votos a favor do Sr. Vice-Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Sílvia Garcia e Carlos Barroso e dois votos contra dos Srs. Vereadores, Rui Vaz e Gilberto Galhardo, deliberou aprovar a proposta de lançamento da derrama com um valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), com volume de negócios no ano de 2011 superior a 150.000 euros que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do concelho de Macedo para sujeitos passivos residentes em território português que exerçam a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território e aprovar uma taxa reduzida de 0,0%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) com volume de negócios no ano 2011 igual ou inferior a 150.000 euros.

-----Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea e) e f) do n.º 2 do artigo 53.º ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

-----Relativamente a este assunto o **Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz** disse que votaram contra pela seguinte razão: “Tal como aqui foi dito a derrama terá incidência sobre o ano de 2011 e será em 2012 que as Empresas irão pagar este imposto. Todos sabem bem que o ano de 2012 vai ser um ano extremamente complicado para as Empresas e tendo também em atenção que o Orçamento de Estado eliminou a diferenciação em termos tributários no Interior do País e já são penalizadas pela eliminação desses 15%, são contra a proposta de lançamento da derrama.

-----O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** disse que pensa que em Macedo não há nenhuma Empresa que vá ser afectada com o lançamento da derrama, contudo após a cobrança em 2012 poderão fazer essa análise. Além do mais as derramas são lançadas não para tributar as Empresas sedeadas no Concelho, mas sim as que nos servem a nível Nacional e que não têm a sua sede no Concelho.”

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**LUÍS INÁCIO FERNANDES GONÇALVES (PSD)** – Disse ser contra os impostos na medida em que o povo já está muito sobrecarregado, porém vai votar a favor porque este imposto vai incidir sobre os rendimentos acima dos 150 mil euros. Desta forma vai sobrecarregar uma classe que tem uma certa possibilidade, como é o caso de algumas empresas, nomeadamente, empresas como os Bancos e a EDP que levam o dinheiro todo que há em Trás-os-Montes. Se é aqui que o ganham é bom que deixem cá algum.-----

-----**CAMILO ANTÓNIO MORAIS (PS)** – Não concorda com o que disse o Sr. Luís Gonçalves, porque se recuarem uns anos, nomeadamente quando foi Vice-Presidente da Câmara Municipal, era verdade, que só os bancos, a EDP e as agências de seguros pagariam este imposto. No presente, o que vai acontecer é que todas as empresas quando souberem que foi lançado este imposto, provavelmente pensarão duas vezes antes de virem. A única forma de votar favoravelmente esta proposta é a base de incidência ser acima de 1 milhão de euros, caso contrário o seu voto é nitidamente contra.-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Está de acordo com o que disse o Deputado, Camilo Morais porque este imposto vai contribuir para desincentivar as empresas a virem para Macedo. Além disso, tendo em conta o estado actual da IP4/A4, onde depois vai ser cobrada portagem, também vai contribuir para que as empresas pensem duas vezes se querem instalar-se aqui.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que informou que os valores de incidência deste imposto advêm da Lei e que pessoalmente também subscreveria uma proposta de alargamento deste intervalo. É a primeira vez que a Câmara lança este imposto e as Finanças nem sequer fornecem a informação sobre a base tributária, de forma a poderem ter alguma previsão. É o possível dentro desta forma. Na derrama a taxa reduzida abaixo dos 150 mil euros no volume de negócios é zero e acima deste valor é de 1,5%.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 33 votos a favor, 19 votos contra e 23 abstenções deliberou, aprovar a proposta de lançamento da derrama com um valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), com volume de negócios no ano anterior superior a 150.000€ que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do concelho de Macedo de Cavaleiros para sujeitos passivos residentes em território português que exerçam a título principal uma actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território e aprovar a proposta de lançamento da derrama com taxa reduzida de 0,0%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) com volume de negócios no ano anterior igual ou inferior a 150.000€. Mais deliberou que as taxas da derrama, ora propostas e aprovadas, incidirão sobre o exercício económico de 2011, cuja cobrança se**



efectivaré em 2012.-----

-----**PONTO 2.5 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2012 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA b), N.º 2 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2011.12.19, que se transcreve: “PROPOSTA DE ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2012-----

-----Começou por usar da palavra **o Sr. Presidente da Câmara** fazendo a apresentação do, Plano referindo que este está em consonância com a situação económica e financeira do País e do Município e com as sentidas dificuldades de tesouraria. -----

-----Mantém-se na linha do Planos anteriores a aposta no desenvolvimento económico com especial relevância no sector do Turismo, na captação de investimento nomeadamente na Zona Industrial, na valorização dos produtos endógenos, das condições naturais e da agricultura, assim como continuamos a apostar na educação, cultura e desporto como eixos fundamentais do desenvolvimento. Este Plano reflecte estas duas grandes linhas de actuação, por um lado a aposta na criação de emprego e riqueza, por outro o incremento de condições que melhore a qualidade de vida.-----

-----Em relação ao Orçamento referiu que a diminuição das receitas obrigou à correspondente diminuição da despesa e reflecte ainda as actuais dificuldades de Tesouraria.--

-----Mais referiu que este Orçamento prevê um valor global na casa dos 24 milhões de Euros. Na medida do que foi possível foi feita uma redução de encargos, nomeadamente ao nível da despesa corrente e com pessoal, com especial peso nas contas do Município.-----

-----É no investimento que se regista a maior diminuição, como não podia deixar de ser, uma vez que também as disponibilidades são menores.-----

-----Seguidamente sobre este assunto **o Sr. Vereador Rui Vaz** após tecer alguns comentários sobre o Plano e Orçamento apresentou a seguinte Declaração de Voto, que se transcreve: “Os Vereadores do Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros, perante a Proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano 2012 apresentada por este executivo, manifestam a sua profunda tristeza e indignação face a tão pobre proposta de actividade, falta de estratégia e manifesto desinteresse pelo desenvolvimento do nosso concelho para o ano 2012.-----

-----Este é sem dúvida o documento de um executivo que manifestamente aguarda pelo final do mandato, um executivo a quem notoriamente falta força anímica para levar até ao fim esta missão que lhe foi confiada pela maioria dos macedenses.-----

-----Este é o documento, supostamente estratégico de desenvolvimento do concelho, de um executivo que falha persistentemente em encontrar um rumo e que, por consequência, leva este concelho para uma classificação no contexto distrital, que jamais os macedenses e até os transmontanos em geral imaginariam que seria possível.-----

-----Todos sabemos que o país, a Europa e o Mundo atravessam um período

particularmente difícil e preocupante, mas nem mesmo no contexto destas dificuldades é possível imaginar uma tão pobre estratégia para o nosso concelho.-----

-----Dissemos aquando da discussão do documento de 2011 que aquele era um documento que enfermava de alguma irracionalidade, nomeadamente ao nível das receitas. Contrariamente ao nosso argumento, o Sr. Presidente da Câmara dizia que o nosso município estava a “contrariar aquilo que era a tendência de outros municípios”, que estariam a ver os seus orçamentos diminuídos.-----

-----Pois em nosso entender, é neste Plano e Orçamento de 2012 que podemos ver que, quem está de facto a contrariar a tendência é o nosso concelho, senão, como seria possível um concelho como o de Macedo de Cavaleiros, apresentar uma Proposta de Orçamento com sensivelmente os mesmos valores que são apresentados para os concelhos de Vinhais e Mogadouro, com 23.700.000,00 € (+ 20% que em 2011) e 22.914.605,00 € respectivamente?---

-----Este é o reflexo da má gestão destes últimos 10 anos, que nos trouxe até aqui, a uma situação financeira complicada que compromete a capacidade de endividamento para poderem ser financiados investimentos em projectos estruturantes e de grande importância para o concelho.-----

-----Este documento de PROPOSTA DE ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2012, traça de forma definitiva o declínio a que este concelho tem sido votado de há 10 anos a esta parte. -----

-----O valor global do Orçamento para 2012, comparativamente ao de 2011, cai acima dos 6.000.000,00€ passando dos “enfeitados” 30.332.649,00€ do Orçamento de 2011, para os 24.058.693,00€ de 2012, representando o acentuado decréscimo de 20,66%.-----

-----A Previsão para Despesas de Investimento para 2012, apresentam neste documento uma redução de cerca de 35 % de financiamento em relação ao ano 2011, podendo ser verificada a redução de cerca de 20.000.000€ de 2011 para 13.500.000€ em 2012, com a consequente e preocupante variação negativa de 33,10% nas despesas de capital.-----

-----A dívida à banca, que à data corresponde a 12.490.945,44€, apesar de apresentar uma ligeira redução, consideramos que esta é relativa, pois que, a terem sido aprovados pelo Tribunal de Contas os empréstimos solicitados, estes valores seriam obviamente diferentes. Não podemos também deixar de referir, a diminuta margem “oficial” que existe na capacidade de endividamento do município.-----

-----O documento reflecte também, aquilo que temos vindo a manifestar com grande preocupação, quando vemos consecutivamente o município a não ver aprovados pelo Tribunal de Contas os financiamentos necessários para financiamento de projectos e agora mais grave ainda, quando sabemos que a câmara municipal tentou sem sucesso avançar com um plano de saneamento financeiro.-----

-----Defendemos e respeitamos o investimento que é efectuado nas nossas freguesias, mas percebemos também que teremos pela frente mais um ano em que as famigeradas obras estruturantes e emblemáticas para a sede do concelho ficarão por fazer. É com tristeza que assistimos ao assumido abandono de obras como a Circular à Cidade, o Parque Urbano da





Cidade, a Central de Camionagem, a Biblioteca/Arquivo Municipal, o Campo de Golfe no Azibo a que podemos acrescentar a ligação de Macedo ao Azibo por Vale Prados e a construção de um Parque de Campismo entre outros.-----

-----Pelos últimos Censos, nos últimos 10 anos, tempo que coincide precisamente com a gestão deste executivo, o nosso concelho perdeu 9,2% da sua população, significa isto dizer que neste período, perdemos cerca de 2.000 habitantes.-----

-----Esta perda significativa de população é o resultado das políticas escolhidas por este executivo nestes 10 anos, e o mais grave é que estamos perante um documento, que pela sua manifesta falta de estratégia conducente à captação de investimentos capazes de fixar população e gerar empregabilidade, não vai contribuir em nada para contrariar esta tendência.-

-----Gostaríamos de nos termos enganado no passado, gostaríamos de nos termos enganado inclusive, no prognóstico que fizemos na discussão do documento do corrente ano de 2011, isso significaria certamente que estaríamos hoje perante um documento com perspectivas de futuro seguramente diferentes.-----

-----Contrariando uma prática usada no passado, com o Partido Socialista na governação do município, este executivo fez questão de, ano após ano, Plano e Orçamento atrás de Plano e Orçamento, não contar com a participação dos vereadores da oposição na elaboração deste tão importante instrumento de gestão. Gostaríamos de o ter feito, gostaríamos de ter participado, na certeza de que, seguramente o resultado ao fim destes 10 anos poderia ser diferente.-----

-----Mais uma vez, os vereadores do Partido Socialista se vêem privados de poder fazer uma análise exaustiva a tão importante documento, atendendo a que continuam a recebê-lo em cima da hora da sua discussão.-----

-----Também de forma reiterada e tendenciosa, este executivo teima em diferenciar as freguesias afectas ao Partido Socialista em detrimento das restantes. É lamentável olharmos para este documento e constatarmos que nem um cêntimo é destinado a qualquer uma das freguesias do Partido Socialista, esquecendo repetidamente este executivo, que estas populações são também macedenses e que não merecem de forma alguma esta discriminação a que estão sujeitas.-----

-----Pelos factos apresentados, por não se reverem nesta política e por não se reverem neste documento para o qual não deram qualquer contributo, os vereadores do Partido Socialista votam contra esta PROPOSTA DE ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2012.-----

-----Relativamente a esta Declaração de Voto o Sr. **Presidente da Câmara** disse que esta era uma visão distorcida, partidária e um manifesto político a pretexto do Orçamento e Opções do Plano, mas que outra coisa não seria de esperar e que a Declaração de Voto está cheia de falácias e de opiniões político partidárias.-----

-----DELIBERAÇÃO: Terminada a apreciação do documento presente, a Câmara Municipal por maioria de quatro votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Vice-Presidente e dos Srs.

Vereadores, Sílvia Garcia e Carlos Barroso, e três votos contra dos Srs. Vereadores, Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Adelaide Baptista, deliberou aprovar a Proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2012.-----

-----Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para cumprimento dos efeitos previstos na alínea b) n.º 2, art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente a este assunto fez a intervenção, que a seguir se transcreve: “Os documentos previsionais para 2012 estão em consonância com a situação económica e financeira do País e do Município e com as sentidas dificuldades de tesouraria. Apesar disso, assegura os investimentos essenciais e reflecte a continuação da aposta na criação de riqueza no Concelho e do investimento na melhoria das condições de vida. Mantendo a estratégia de desenvolvimento económico para o Concelho continua, a dar-se especial relevância ao sector do Turismo, tirando partido das condições naturais e estimulando a valorização dos produtos endógenos e da agricultura, continuando o investimento na Zona Industrial e criando mais condições para a captação de investimento. Continua também a aposta na educação, na cultura e no desporto como elementos essenciais para o desenvolvimento. Privilegiam-se projectos com elevadas participações com fundos comunitários. Estão contemplados investimentos estruturantes como a requalificação urbana, que inclui para além do bairro da Bela Vista, também as requalificações da Avenida Infante D. Henrique, do Bairro da Cortinha do Moinho, do Bairro Duarte Moreno, a envolvente ao Complexo Desportivo e o conjunto de obras incluídas na contratualização com a CIM, com as infra-estruturas de mobilidade onde se inclui o parque de estacionamento da Zona Verde, a beneficiação do troço Urbano da Nacional 102, as infraestruturas na Zona Industrial e o Centro Ambiental e Micológico, inserido no projecto ECOCITRAS.-----

-----Por outro lado, a ligação de Macedo ao Azibo, o projecto de Golfe, a Central de Camionagem e o novo Edifício da Biblioteca e Arquivo Municipal são adiados e reprogramados.-----

-----Na cultura, depois do sucesso do Museu de Arte Sacra, destaque para o Museu de História Martim Gonçalves de Macedo e o Museu de Arqueologia, para as intervenções na Fraga da Pegada, nos Fornos de Vale da Porca e Salselas e para a instalação do Centro de Restauro de Arte, na cidade, preservando e valorizando o património e reforçando os pontos de interesse para o visitante. Prevê-se o apoio à construção de Equipamentos Sociais no Concelho e às Instituições com actividade neste sector. Mesmo com a redução de montante continua com o apoio às entidades culturais e desportivas do Concelho.-----

-----O Centro de Interpretação de Morais e o Centro de Acolhimento de Salselas, na antiga Casa da Floresta e na antiga Escola Primária, peças importantes para os projectos de valorização das riquezas geológicas e naturais do Concelho, serão concluídos em 2012 e marcam uma nova fase para a implementação do Geoparque. Estes investimentos para além



do contributo directo nas condições de vida, visam potenciar a actividade económica e gerar emprego e riqueza, contrariando a tendência de despovoamento do interior. Apesar dos investimentos já efectuados, na última década o Concelho ainda perdeu mais 124 habitantes do que na década anterior, onde tinha sido o 2.º concelho que mais população perdeu em termos absolutos, no Distrito. A falta de aprovação de pedidos de excepção dos empréstimos aos Municípios pelos dois Governos em funções em 2011, contra o previsto e acordado com a ANMP, e o necessário ajustamento à redução de receitas inerentes ao decréscimo de transferências da Administração Central e à redução da actividade económica que gera consequentemente menos receitas implicou a reprogramação de investimentos e condicionou grandemente a gestão financeira do Município. Estas circunstâncias impõem que os montantes previstos no Plano de Investimento para 2012 sejam significativamente inferiores à expectativa para 2011. Foi ensaiada a realização de uma operação de Saneamento Financeiro, mas a conhecida falta de disponibilidades da banca e as condições leoninas que estão a ser praticadas não criaram as condições para a concretização. Apesar disso medidas aí previstas estão e irão ser implementadas com vista ao necessário reajustamento orçamental provocado pela diminuição de receitas já ocorrido e previsível. O saneamento financeiro pode fazer-se quando o desequilíbrio financeiro é conjuntural (não estrutural) e desde que não aumente o endividamento líquido. E permite portanto a consolidação de passivos. No fundo substituir a dívida comercial por dívida financeira. Uma necessária referência para os sistemas multimunicipais de água e saneamento, que por força de impõem um tarifário insustentável e pelo arrastamento da resolução do problema por parte dos sucessivos responsáveis é hoje o principal estrangulamento financeiro dos Municípios que dele dependem para servir as populações. Por sua vez pelo facto de a expectativa de a empresa investir nas Redes em Baixa não se ter concretizado agravou ainda mais a situação. É pois o Orçamento possível neste contexto.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----  
-----**MARIA ISABEL MORENO XAVIER ESCUDEIRO (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “PARECER SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2012 - A Comissão de Economia e Ambiente da Assembleia Municipal do Concelho de Macedo de Cavaleiros, reuniu no dia 20 de Dezembro do ano de 2011, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal para analisar o Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2012. Apesar de haver concordância de análise em alguns pontos, a redacção deste documento é apenas da responsabilidade do Grupo do PSD e CDS.-----  
-----**PRESSUPOSTOS DE ENQUADRAMENTO** - Foi analisado e verificada a existência de conformidade do documento apresentado face à legislação em vigor sobre a matéria.-----  
**APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS** - Quanto à apresentação do documento verificamos que: As propostas de Plano e Orçamento não são acompanhados de informação política justificativa das acções propostas, das opções tomadas ou dos bloqueamentos existentes, pelo que a Comissão constata que a análise do documento ficou prejudicada por não existir suporte

explicativo que lhe permitisse aferir das razões porque nos é apresentado este Orçamento e Plano. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL PARA 2012 - Da análise, verificamos ainda:

1.º Este documento denota a grave situação económica e financeira do País e em consequência o Município sofre com a redução na arrecadação de receitas próprias e nas transferências devidas por parte da Administração Central e com a maior exigência dos cidadãos face às dificuldades crescentes na quebra de rendimentos das famílias, resultante do aumento dos impostos e do aumento do desemprego, o que fará com que o ano de 2012 se adivinhe mais difícil e condicionador do que o presente; 2.º- O Orçamento da Câmara Municipal apresenta face a 2011, uma variação de -5,33% nas receitas correntes e de -33,28% nas receitas de capital, sendo de 24 058 693,00€ a receita global proposta. 3.º- Analisando mais detalhadamente o Orçamento para o ano económico de 2012, verificamos que os decréscimos mais significativos nas receitas correntes, verificam-se nos capítulos 05 (Rendimentos de propriedade), que representam -7,74%; 06 (Receitas Correntes) por via das imposições do Orçamento do Estado e que representam -11,90% e no capítulo 02 ( Impostos Indirectos), onde se verifica uma variação de -37,04%; 4.º Por seu turno, os decréscimos mais significativos nas receitas de capital, verificam-se no capítulo 09 (Venda de bens de Investimento) que se traduz numa variação de -9,88% e no capítulo 10 (Transferências de Capital) com um decréscimo de 38,96%. 5.º - No Orçamento da despesa corrente regista-se uma diminuição de 5,37%, apesar dos aumentos elevados nos custos, designadamente do aumento do IVA de muitas despesas obrigatórias, o que denota o esforço para manter o equilíbrio nas finanças do Município.-----

-----Ainda relativamente às Despesas Correntes verifica-se que as despesas com pessoal que em 2011 rondaram os 5 323 940,70 (17,56% do total das despesas) ascendem nesta proposta de Orçamento para 2012, a cerca de 4 849 140,57 €, ou seja, 20,16% da orçamentação global e que corresponde a uma diminuição de 8,92%.-----

-----No capítulo 02 (Aquisição de bens e serviços) com 5 974 808,91€ verificamos uma variação de 6,94% face ao ano de 2011, e onde as rubricas referentes à iluminação pública, água e saneamento representam 17% desse valor. Quanto às despesas de capital é de referir uma diminuição significativa na aquisição de bens de capital, bem como nas transferências de capital; 6.º Quanto ao EQUILÍBRIO FINANCEIRO verifica-se que continua a ser realizado um esforço de amortização dos empréstimos contraídos, que se traduz no valor de 1 507 833,72€ e que leva a que a autarquia utilize apenas 75,93% da sua capacidade de endividamento de médio e longo prazo.-----

#### -----ANÁLISE DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO-----

-----Analisando as principais rubricas verificamos que: Educação, Cultura, Juventude e Desporto O Programa de Acção Social Escolar é uma das prioridades de intervenção do Município para 2012, a par da aposta na cultura, juventude e desporto.-----

#### -----Território e Ambiente-----

-----No que respeita à política ambiental, a Câmara Municipal dará continuidade aos Programas Macedo Natura e Percorra Milhões de Anos Geológicos que tem vindo a promover desde 2010 e 2009 respectivamente. Apesar das enormes restrições e condicionantes



financeiras que afectam o Município, a Câmara Municipal tem como princípio a manutenção da qualidade dos serviços que presta à população, nas áreas da higiene urbana, águas, esgotos e espaços verdes.-----

-----Acção Social e Desenvolvimento Económico-----

-----Melhoria das condições da zona industrial e valorização dos produtos endógenos. -----

-----SUGESTÕES:-----

-----Tendo em atenção que a utilização dos escassos recursos obriga a aumentar o grau de rigor e a usar o pragmatismo como referência, aperfeiçoando todos os mecanismos de controlo orçamental no quadro de uma gestão criteriosa, de modo a que se continue a construir um Concelho melhor para se viver e trabalhar, a Comissão sugere que uma das soluções, poderá ser: Primeiro – No sentido de assegurar alguma folga para fazer face a eventual diferença entre o que é o valor calculado pelas regras de previsão e a arrecadação em cenário de elevada recessão e de incerteza, durante a fase de concretização do Orçamento, poderá ser adoptada uma regra de “cativação” de uma percentagem das dotações a todos os Serviços, nas rubricas relacionadas com aquisição de bens e serviços e no investimento não co-financiado por fundos comunitários; Segundo - Abertura à Comunidade em geral para a participação na definição de prioridades de investimento adoptando a criação de um orçamento participativo compatível com as opções políticas democraticamente legitimadas e que adquire maior relevância quando os recursos são escassos, e que pode, se devidamente compreendido, aproximar mais a gestão dos anseios dos cidadãos; Terceiro - A Comissão de Economia e Ambiente sugere ainda à Câmara Municipal o seguinte: a) “Entrega do Plano e Orçamento dos próximos anos até meados de Novembro”; b) “As Grandes Opções do Plano sejam futuramente acompanhadas, sempre, de memórias descritivas indicadoras do impacto previsível dos investimentos”.-----

-----CONCLUSÕES:-----

-----Tendo por base o que ficou acima explanado concluímos: Com efeito, este Orçamento e Plano estão vocacionados para uma maior contenção orçamental quer nas receitas quer nas despesas e para não agravar a situação financeira; A contenção dos investimentos deriva desse enquadramento. Verifica-se ainda maior realismo na previsão das receitas passíveis de cobrança; A Comissão tem consciência plena, que cabe ao Executivo Camarário escolher as vias que lhe pareçam mais funcionais para executar as tarefas de governação autárquica, mas também sabe que compete à Assembleia Municipal o acompanhamento das tarefas de governação apresentando sugestões, mesmo que não vinculativas.”-----

-----**LUÍS ADELINO BATISTA (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Aqui estamos de novo para a análise e discussão daquele que podemos considerar o documento anual mais importante para a vida do nosso Concelho, a Proposta de Orçamento e Opções do Plano. Este é anualmente o documento que traça a política e a estratégia do Executivo Camarário para o investimento e consequente desenvolvimento do Concelho. Espera-se deste documento, que o mesmo seja sério, honesto, realista e que paralelamente seja ambicioso, traduzindo a visão do progresso que é esperada pelas populações do nosso Concelho. Há um

ano, aqui neste mesmo Órgão e na discussão do documento correspondente para este ano de 2011 fomos críticos, pusemos inclusivamente em causa a seriedade dos números então apresentados, acusando os mesmos “de alguma irracionalidade”. Dissemos que aquele era um Orçamento inflacionado em cerca de seis milhões de euros e justificamos essa nossa opinião. É certo que para fazer essa análise há o momento próprio, a apresentação das Contas de Gerência de 2011, no entanto aquilo que pretendemos fazer passar neste momento, é que, atendendo ao investimento que fomos presenciando no Concelho ao longo do ano de 2011, estávamos certos na análise que então fizemos. Gostávamos de nos termos enganado, assim como gostaria também de nos enganar na análise que fazemos do documento que ora nos é apresentado. A bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal revê-se plenamente na análise e nas palavras apresentadas pelos senhores vereadores do Partido Socialista, na reunião extraordinária do Executivo, realizada para discussão deste documento e que constam da acta que o acompanha. E por concordarem com essa análise, os elementos desta bancada, manifestam a sua estranheza pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara quando afirma que a Declaração de Voto dos Vereadores do Partido Socialista é uma “visão distorcida, partidária e que está cheia de falácias e de opiniões político-partidárias!-----  
-----Senhor Presidente da Câmara, a bancada do Partido Socialista pergunta: - É “uma visão distorcida”, ao fim destes 10 anos que levam de governação deste concelho, manifestar a falta de estratégia de V.ªs Ex.ªs para o desenvolvimento do concelho? – É “uma visão distorcida e partidária” dizer-se que este é um Executivo que aguarda pelo final do mandato e sem força anímica para levar por diante a missão que lhe foi confiada pelos macedenses? E aqui pergunta-se: Há quantos anos não percorrem as ruas desta cidade e das nossas aldeias auscultando os empresários, o nosso povo e os nossos jovens sobre aquelas que são as suas preocupações? – Será “uma falácia” dizer-se, que no contexto dos concelhos do Distrito de Bragança quem está a contrariar a tendência da apresentação de Planos e Orçamento arrojados e potenciadores de desenvolvimento é precisamente o nosso concelho? É uma “visão distorcida” ou uma “opinião político-partidária” perguntar como é possível o nosso concelho apresentar uma Proposta de Plano e Orçamento com os mesmos valores dos concelhos de Vinhais e Mogadouro, entre outros? – Será Sr. Presidente, uma visão distorcida dizer-se que a situação financeira do Município é complicada e que a não aprovação por parte do Tribunal de Contas de financiamentos pedidos há mais de um ano para financiamento de projectos é fruto da má gestão do nosso Município? Encontra o Sr. Presidente alguma falácia ou opinião político-partidária nos números que constam deste documento que traduzem uma redução de seis milhões de euros face ao orçamento enfeitado de 2011 e que reflecte o acentuado decréscimo de 20,66%? Que visão distorcida vê o Sr. Presidente nas palavras dos Srs. Vereadores do Partido Socialista quando estes dizem que este documento apresenta uma redução de 35% do financiamento face a 2011 e uma variação negativa de 33,10% nas despesas de capital? Será Sr. Presidente, uma falácia ou uma opinião político-partidária os Vereadores do Partido Socialista dizerem que é com tristeza que assistem ao abandono de obras estruturantes para o concelho, como é o caso da Biblioteca, Arquivo Municipal, Central



de Camionagem, Circular à Cidade, Parque Urbano da Cidade, Parque de Campismo, Campo de Golfe e ligação de Macedo ao Azibo por Vale de Prados. É uma falácia de facto que em 10 anos, tantos como levam V.<sup>as</sup>. Ex.<sup>as</sup>. de mandato, o Vereador do Partido Socialista dizer que a falta de uma estratégia conducente à captação de investimento capaz de interessar a população e gerar empregabilidade levou a que o concelho de Macedo perdesse 9,2% da sua população o que representa a perda de cerca de 2 mil habitantes e quem o diz são os censos de 2011? Será Sr. Presidente, uma falácia, uma opinião politico-partidária ou uma mera visão distorcida dizer-se que contrariamente ao que acontecia na Governação do Partido Socialista, os Vereadores da oposição não são tidos nem achados na elaboração do Plano e Orçamento? - Que “falácia” Sr. Presidente, ou usando outros termos do Léxico português, que engano com má intenção, que logro ou que ruído provocado pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista vê V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> quando estes dizem que reiteradamente recebem em cima da hora a documentação referente a tão importante documento como é a Proposta de Orçamento e Opções do Plano?---  
-----Por último Sr. Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, de entre os adjectivos que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> utilizou para caracterizar a Declaração de Voto dos Vereadores do Partido Socialista, qual deles quer que escolhamos para aplicar, quando aqueles que dizem “de forma reiterada e tendenciosa, este Executivo teima em diferenciar as freguesias afectas ao Partido Socialista em detrimento das restantes? Sr. Presidente da Câmara Municipal, usando os mesmos adjectivos que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, embora convictos da sua melhor aplicação, a Bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal considera o documento proposto por este Executivo, uma autêntica “falácia”, um documento que manifesta uma inegável “visão distorcida” daquela que deveria ser uma gestão estratégica para o Concelho, contrária a esta serôdia e anacrónica visão “politico-partidária” de gerir o Município. Pelo exposto e porque não nos queremos ver associados a tempos tão tristes e retrógrados para o nosso Concelho, a Bancada do Partido Socialista Vota Contra esta Proposta de Orçamento e Opções do Plano para 2012, dando como habitualmente liberdade de voto aos seus Presidentes de Freguesia.”  
-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Em primeiro lugar pediu ao Sr. Presidente da Câmara que lhe explicasse porque razão a Freguesia de Talhas pelo terceiro ano consecutivo, não é contemplada com qualquer verba em Plano e Orçamento. De seguida, com base na intervenção do Deputado Luís Batista, chamou a atenção dos Deputados da Assembleia Municipal para o facto de o Orçamento da Câmara Municipal de Mogadouro ser em quase tudo muito semelhante ao de Macedo em termos de verbas e o Orçamento de Mogadouro relativamente a 2011 apresenta um acréscimo de 20% e o de Macedo um decréscimo de mais de 20%. Então questiona, que realidades são estas? E porque razão Mogadouro consegue por em Orçamento um Parque Municipal, uma Central de Camionagem, uma Variante Rodoviária, um Arquivo Municipal, um Parque Desportivo e o executa sempre e Macedo com um Orçamento que além de ter um decréscimo de 20%, não conseguiu executar obra ao longo de 10 anos? Para onde vai então o dinheiro que era destinado a estas obras, uma vez que durante estes 10 anos nenhuma delas foi executada?---  
-----Parece-lhe que a única coisa que estão a promover é o êxodo da população, quer seja

nova ou não. Não entende que um Concelho que quer ser de progresso, apresente um Orçamento com a previsão para despesas de investimento com uma diminuição de 35%. Desafiou o Sr. Presidente da Câmara que pergunte à bancada do PSD que respondam com honestidade se estão satisfeitos com o que se passa com comércio, a saúde, educação, formação e colocação para jovens. Enquanto macedense preocupa-se com o actual quadro que se vive em Macedo.-----

-----Quanto à sua Freguesia, Talhas revê-se no que foi dito pelo Sr. Vereador Rui Vaz na reunião da Câmara Municipal, quando disse que era lamentável olharmos para este documento e constatarmos que nem um cêntimo é destinado a qualquer uma das Freguesias do Partido Socialista. Isto é discriminação, nem é compatível com uma atitude democrática, nem compatível com o respeito para com as Freguesias. Como já disse mais do que uma vez na Assembleia Municipal, a população de Talhas maioritariamente votou no PSD. Assim, tendo isto em consideração deviam respeitar essas pessoas, porque desta forma ao castigarem a sua pessoa enquanto Presidente de Junta, estão a castigar também as pessoas que votaram PSD.-----

-----**VITOR HUGO BATISTA MATOS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Tem sido estratégia deste Executivo a delegação nas Juntas de Freguesia, da maior parte das obras que nelas se tem realizado, à excepção das Juntas de Freguesia do Partido Socialista, que essas já há muito, que se viram teimosamente excluídas de qualquer tipo de atenção por parte deste Executivo. Não me quero pronunciar sobre o investimento que foi executado ao longo do ano de 2011 nas Freguesias ganhas pela coligação, pois assiste aos seus Presidentes o dever de o fazer e se o não fizerem, será seguramente por todos estarem satisfeitos. Ora se há satisfação nas Freguesias do Concelho, o mesmo não se poderá dizer da sua sede e aqui convém referir, que a sede do Concelho é a sede de todos os macedenses e não apenas daqueles que cá moram. Convirá dizer também que, ter uma sede do Concelho próspera, dinâmica e que possa ser o primeiro porto de abrigo dos nossos jovens, deve ser motivo de orgulho para todos! O orgulho dos macedenses na sua cidade está ferido, está ferido pelas sucessivas promessas de desenvolvimento, pelas sucessivas promessas de arranque de obras, algumas delas estruturantes e essenciais ao seu desenvolvimento e está ferido pela apatia profunda a que esta chegou, passando em poucos anos, da cidade mais promissora, próspera e invejada do Distrito a uma cidade estranhamente triste, despovoada e desprovida de vida social.-----

-----Mas, Sr. Presidente da Câmara, como inicialmente referi, se as nossas freguesias pelos vistos estão satisfeitas com este Executivo, em relação à cidade pergunto: 1- Não era em 2011 que a obra da Central de Camionagem ia mais uma vez avançar? Não foi essa obra adjudicada em 2010? Não foi aberta rubrica em Plano e Orçamento de 2011 para o arruamento de acesso à mesma? Não foi aberta rubrica para construção de parque de estacionamento junto da mesma? Sabemos que foi reprovada pelo Tribunal de Contas, qual é agora a sua situação actual da obra da Central de Camionagem? 2- Não era Sr. Presidente da Câmara que em 2011 ia arrancar a obra da Biblioteca Municipal/Arquivo do Concelho? Então acha que será 2012 o





ano do seu arranque quando está dotada nas Grandes Opções do Plano em 2.577.000€ e tem financiamento definido de 0€? 3- Assuma Sr. Presidente perante os macedenses, e assumo de forma definitiva a sua incapacidade e do seu Executivo para levar por diante uma obra estruturante e tão importante como é a Circular à Cidade e que já deixou de constar em Plano. 4- Assumo Sr. Presidente a incapacidade do seu Executivo em avançar com o Parque Urbano da Cidade. 5- Acha Sr. Presidente que será 2012 o ano em que definitivamente se vai ligar Macedo ao Azibo por Vale de Prados, obra com dotação de 1.890.000€ com financiamento definido de 0€? 6- O Campo de Golfe do Azibo foi contemplado em 2011 com 1€ em Plano e Orçamento, para assim poder aguardar algum financiamento, em 2012 desaparece definitivamente do Plano, quer isto dizer que também aqui este Executivo já desistiu? 7 – Prometem tanto Sr. Presidente e dizem fazer tanto pelo turismo do concelho, que lhe coloco também a questão: é promover o turismo não contemplar a construção de um Parque de Campismo no Azibo? 8- Esperamos há anos a ligação do Largo do Centro de Saúde à Rua dos Merouços, obra que tem vindo a ser prometida em sucessivos Planos, pois também aqui o seu Executivo já fez o que tinha a fazer, desistiu, pois esta também já não consta em Plano. 9- E para quando a requalificação urbanística da cidade no que à repavimentação das ruas diz respeito? É lastimável o estado a que estas chegaram e é desolador o aspecto que estas se nos apresentam a nós, e a quem nos visita. 10- Em 2011 contemplaram o investimento em infra-estruturas na Zona Industrial com 495.000€. O que lá foi feito? Para 2012 são contempladas com 338.000€, o que pretendem fazer? Penso que todos anseiam por um melhor desenvolvimento económico do nosso Concelho.-----

-----Infelizmente, pelo documento que nos apresentam, temo que estas palavras para o ano e por esta altura, continuem a fazer sentido e a estar actualizadas. Mais uma vez se constata a falta de ambição deste Executivo, assim como a falta de incentivo à fixação de jovens.”-----

-----**GUMESINDO ANTÓNIO GOMES (PSD)** – A sua intervenção é na qualidade de Presidente de Junta e que quando recebeu este documento foi de imediato consultá-lo, na esperança de ver alguma dotação para Vilarinho do Monte. Certo, é que para o consultar quase é preciso uma lupa, mas depois de alguma persistência, lá conseguiu ver que a sua Freguesia tinha sido contemplada com 10.000€ para arruamentos. Agradece esta verba, que acha muito pouco e por isso deixa aqui o seu descontentamento. Verificou no entanto que também havia algumas Freguesias que nem constam do documento. Aos Presidentes de Junta dessas Freguesias, pede para que se manifestem nesta Assembleia contra este tipo de decisões tomadas pela Câmara, porque isto não é correcto. Entende que devem ser humanos, as Freguesias precisam de obra e era muito importante que houvesse mais respeito pelas pessoas e pela população e logo que haja uma verba atribuída no Plano e Orçamento a mesma pode ser alterada. Por isso apela à Câmara Municipal que tenha em conta as Freguesias que não foram contempladas, dividindo o dinheiro de uma forma mais justa e equilibrada por todas.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse que a melhor resposta à intervenção do Porta Voz do Partido

Socialista, foi a que os seus pares deram nas intervenções seguintes, ou seja mais falácias, mais demagogias e mais chavões. Começando pela questão da perda de população, na sua anterior intervenção já disse que nos últimos dez anos, ou seja na década anterior, a perda de população foi de menos 124 do que agora, mas em termos relativos no Distrito na década anterior, Macedo foi o concelho que mais população perdeu. Desta forma usando isto como trunfo a favor do PS, só pode ser pura falácia e demagogia. Neste 10 anos, o PS nesta Assembleia tem falado sempre de estratégia, mas a verdade é que estes nunca a tiveram a não ser fingir, dizendo estava tudo resolvido, ou seja ruas remendadas e engraxadas por cima e a tubagem quem vier por trás que resolva.-----

-----Agora enchem também a boca quando falam do Turismo, mas alguma vez o PS espetou um prego que fosse em prol do Turismo no Concelho? Também a Zona Industrial foi lançada já no anterior mandato do PSD, liderado pelo seu companheiro, Sr. António Joaquim Ferreira, em termos de estudo e de investimento industrial, não é propriamente uma inovação. Quanto à questão de estimular o investimento e o empreendedorismo, quantas acções desenvolveu o PS nos seus mandatos? Agora, podem não ter os resultados todos e tudo o que querem, mas a estratégia tem sido procurar valorizar os recursos e criar emprego. O PS diz ainda que não vêem neste documento um rumo de estratégia nem as obras estruturantes, será que aqui quando falam em estruturante se estão a referir à Variante? Vamos ser claros, porque demagogia é aquilo que o PS faz e falácia são as conclusões que tiram com um documento que tem muito investimento.-----

-----Aceita que digam que a Central de Camionagem e o Parque de Campismo sejam prioridades para o Partido Socialista, mas para este Executivo já referiu várias vezes que as suas prioridades são as apostas na formação, na qualificação, as apostas nos jovens Macedenses para terem condições para vingar e vencer, pois para conseguir fixar os jovens é necessário criar condições para o emprego e para o sucesso. Não é dar-lhe os empregos, é criar condições para que eles possam ter emprego, não é criar-lhe falsas expectativas, mas sim ser realista e prepará-los. Falando na Educação e a não ser no tempo da construção das Escolas, houve alguma Câmara que tivesse olhado para esta questão como o actual Executivo tem feito, nas apostas, nas parcerias, nos projectos e nas complementaridades às áreas educativas?-----

-----Relativamente à distribuição de verbas pelas Freguesias gostariam de dar muito a todas, mas como isso não é possível, dão uns anos a umas e outros às outras. A decisão nem sempre é fácil, porque decidir de uma maneira é à partida rejeitar as outras opções. É preciso ter em conta e não esquecer as condições financeiras da Câmara são de constrangimento tal como as das Juntas, Associações e Organizações. A Câmara está a fazer o possível para não travar mais os apoios que pode conceder e que concede, mas este é um esforço e um equilíbrio muito difícil de fazer.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**LUÍS ADELINO BATISTA (PS)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara que a demagogia não vem da parte do PS, pois apenas colocaram as questões que auscultaram, sendo a



opinião geral das pessoas, da cidade e do Concelho. Toda a gente vê a pouca vergonha que se passa no local de estacionamento dos autocarros, que nem uma casa de banho tem, e a obra da Central de Camionagem é uma promessa eleitoral que já tem 10 anos.-----

-----**ANTÓNIO MÁRIO PEGADO LEMOS DE MENDONÇA (PSD)** – Começou por dizer que não se pronunciou relativamente ao Livro Verde da Reforma Administrativa, mas o mesmo não vai fazer sobre a questão da defesa do helicóptero, que deve dizer respeito não só ao Concelho de Macedo, mas também aos Concelhos de outros Distritos, pois é uma questão de território e acha bem que a moção apresentada se referisse e desse oportunidade a outras Assembleias Municipais de se associarem e de intervirem. Já no ano anterior se discutia a estratégia da Câmara para o desenvolvimento, que não há investimentos estruturantes e que não há um plano estratégico para o mesmo. Pessoalmente acha que a crítica deve ser lançada mais aos governos, ou seja ao anterior e ao actual e até aos anteriores que estiveram por detrás porque é aos Governos que compete fazer a definição dessa estratégia. Será que nunca se questionaram sobre o que pode fazer uma Junta de Freguesia para o desenvolvimento da sua Freguesia? E o que é que pode fazer o concelho de Macedo de Cavaleiros, para uma estratégia de desenvolvimento do interior, desligado dos concelhos limítrofes? Nada. Na sua opinião não pode fazer rigorosamente nada. Sugere à Assembleia Municipal que os seus representantes municipais, possam de uma vez por todas conseguir dialogar com as Câmaras e Distritos vizinhos, no sentido de o interior passar a ter uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Até agora ainda não viu nenhum sinal de alteração, é uma desertificação progressiva, drástica e definitiva destas regiões e que não se compadece com as decisões desta Assembleia, com as nossas orientações orçamentais e com as vontades estratégicas. Sozinhos não vão conseguir fazer nada e dúvida que o Distrito de Bragança sem o Distrito de Vila Real, o da Guarda e também o de Castelo Branco, possa fazer alguma coisa que seja efectivamente estruturante e que inverta um pouco esta tendência. O interior do País com as actuais políticas que já vêm de há 30 e 40 anos, será um deserto dentro de poucos anos e todos têm consciência disto.-----

-----Sugeriu ainda, que para além da congregação de vontades e esforços com as Câmaras vizinhas, pedissem a quem de direito (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto Politécnico) como potenciar o extraordinário elemento natural que Macedo tem, que é a Barragem do Azibo criando mais riqueza e potenciando também a agricultura.-----

-----Por fim, deixa uma reflexão porque o Novo Ano que se aproxima vai ser difícil convinha que a Câmara sem aumento da despesa, monitorizasse as Freguesias e em conjunto com os Srs. Presidentes de Junta, Párocos e Instituições de Solidariedade Social, se reunissem e através dessa monitorização possam dar resposta aqueles que mais precisarem nestes próximos tempos, pois existe muita pobreza envergonhada.-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Mais uma vez o Sr. Presidente da Câmara conseguiu escusar-se e não respondeu à questão que lhe colocou, não percebe porquê, mas vai insistir. Deu também os parabéns ao Presidente da Junta de Vilarinho do Monte, Sr. Gumesindo Gomes, pela coragem que teve em ter desafiado os outros

Presidentes de Junta a irem ali e pedirem, podem não receber nada, mas podem pedir. Disse também ao Sr. Presidente da Câmara que já ficaria satisfeito com uma verba nem que fosse de 500€, para poder tapar os buracos que a Câmara deixou na sua Freguesia e que nunca foi tapar.-----

-----Falaram aqui na Central de Camionagem e enquanto cidadão sobre este assunto e mais concretamente sobre o apeadeiro no Bairro de S. Francisco, disse que se assiste diariamente a situações deploráveis, pessoas idosas ter de urinar junto a um tronco ali existente, sob o olhar das crianças. Isto já não se passa em nenhuma Vila do País, muito menos numa cidade. A Câmara já que não têm dinheiro para fazer obras, devia no mínimo colocar um urinol público, para proteger a vista das inocentes crianças.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara disse nesta Assembleia que estão a atravessar tempos difíceis e até concorda, mas os tempos difíceis são para todos, daí que não entende como é que a Câmara de Mogadouro consegue ter um orçamento com um acréscimo de 20% e a de Macedo um decréscimo. E se Mogadouro consegue porque razão não consegue Macedo? Por este andar, como já aqui foi dito pelo Deputado António Mendonça, isto vai ser para extinguir e esta Câmara vai ajudar a que isso aconteça.-----

-----O Sr. Presidente disse também que a Câmara tem apostas na formação e garantia de colocação no futuro, mas se essa garantia passa pelo Instituto Piaget é melhor que esqueçam, porque a única coisa que existe lá, é um cartaz a dizer que é bom para Cuidados Continuados, e também não se sabe para quando. Já contava que nesta Assembleia não iria ter respostas e até vinha disposto a despedir-se, porque não se revê neste tipo de conduta, não quer pertencer a um bando de “carneiros” que segue o seu pastor sem questionar porquê nem como. Esse não é o papel deles neste Órgão pois têm a obrigação de questionar a Câmara, pelos filhos, pais e por eles próprios. Têm de exigir explicações pois se não podem fazer as obras, não as ponham em rubricas. Disse também que precisa de colocar condutas em Talhas e não tem dinheiro e se alguma coisa tem feito, tem sido com o dinheiro que lhe pertence de Presidente de Junta que nunca quis receber, porque se o fizesse não ficaria bem com a sua consciência, nem se sentiria bem. Está na Junta de Freguesia porque gosta daquela gente e da sua aldeia.-

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Talhas, Sr. Benjamim Rodrigues informou que no último ano foram feitos investimentos em Talhas, tendo a Câmara investido cerca de 45.000,00€ em obras. Quanto à questão das condutas não percebeu a que condutas se estava a referir, certamente que de água e saneamento não será, porque os sistemas são municipalizados. Quanto às questões dos orçamentos vizinhos e à referência que fez do orçamento destes e sem querer tecer considerações e comparações com modelos de gestão, chamou à atenção para realidades diferentes em estruturas de custos, pois a Mogadouro basta-lhe o não ter de pagar às Águas de Trás-os-Montes pelo abastecimento de água, porque têm sistemas autónomos de abastecimento, conseguindo logo uma “almofada” muito confortável. Quanto ao PIAGET na década passada, esta Instituição estava no seu auge, tinha força, alunos, professores, etc. mas não foi por culpa do actual Executivo, nem sequer do



anterior da actual situação. A verdade é que essa população não ficou, porque se tivesse ficado, hoje teriam efectivamente um cenário bem mais simpático.-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Porque o Sr. Presidente da Câmara disse que no ano passado gastaram 45.000,00€ em Talhas, pergunta a quem é que foi atribuída essa verba, porque enquanto Presidente da Junta desconhece tal atribuição. Com certeza foi obra encomendada pelo Centro Paroquial! Garante-lhe que delegada na Junta de Freguesia não foi e oficialmente nem foi convidado para inaugurar nenhuma obra de 45.000,00€. Deu conta de uma cerimónia religiosa e diz ser a maior ofensa pública a que já assistiu na sua vida e com a colaboração desta Câmara Municipal. Se é a esta verba que o Sr. Presidente se refere, volta a dizer que não foi uma verba atribuída a Talhas, foi sim uma verba atribuída a parceiros que a Câmara lá tinha.-----

-----Como o Sr. Presidente da Câmara sabe, porque já o invocou várias vezes, para o trabalho laboral quotidiano das populações rurais, nomeadamente em Talhas é necessário colocar condutas nos caminhos, pois a força das chuvas pluviais constantemente as destroem e não há verbas atribuídas para isso. Gostaria portanto que lhe emprestassem as máquinas camarárias para fazer as obras necessárias. Ele próprio irá pagar do seu bolso o gasóleo que gastarem, a Câmara só tem de emprestar as máquinas como faz a outras Freguesias. Quanto ao Piaget esquecem-se que em Macedo acabou e com a colaboração de uma pessoa que se diz macedense, os alunos foram transferidos para Mirandela.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse ao Presidente da Junta de Talhas, Benjamim Rodrigues que nunca tinha dito que a obra estava delegada na Junta de Freguesia. Foi uma obra que como noutras Freguesias, foi adjudicada directamente pela Câmara Municipal, foi na área envolvente à Igreja e a inauguração a que se refere deve ter sido a inauguração dos melhoramentos na Igreja a que pessoalmente, também assistiu.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 53 votos a favor, 18 votos contra dos Srs. Manuela Santos, Fernando Gomes, Celina Martins, Pedro Mascarenhas, Isabel Costa, Vitor Matos, Luís Batista, Maria José Lima, Isabel Seabra, João Correia, António Oliveira, Carlos Gonçalo, Virgínia Sousa, Francisco Rosa, Benjamim Rodrigues, Jorge Asseiro, Manuel Mico e Idália Mateus e 4 abstenções dos Srs. Joaquim Seabra, Rogério Martins, Gumesindo Gomes e Francisco Martins, deliberou aprovar as Opções do Plano e proposta de Orçamento para o ano de 2012.**-----

-----**PONTO 2.6 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 5.º DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA a), N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO D.L. 209/2002, DE 3 DE SETEMBRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2011.12.19, que se transcreve: -----

“MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012-----

-----Presente para análise e aprovação o Mapa de Pessoal para o ano de 2012.-----

-----Relativamente a este assunto o **Sr. Vereador, Rui Manuel Rodrigues Vaz** disse que se abstêm porque este não é o mapa que gostariam, é um documento que o Executivo tem gerido para admissão e a ocupação destes lugares da forma como entende, não tendo qualquer contributo da parte deles.-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal, por maioria de quatro votos a favor, do Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Sílvia Garcia e Carlos Barroso e três abstenções dos Srs. Vereadores Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Maria Adelaide, deliberou aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2012, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo, devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

-----Mais foi deliberado remetê-lo à Assembleia Municipal para aprovação nos termos do n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o disposto na alínea a), n.º 2 do art.º 3.º do Dec-Lei 209/2009, de 3 de Setembro.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse que o Mapa de Pessoal apresentado (e os documentos são exaustivos na descrição desse mapa), constitui o limite de pessoal ao serviço da Câmara, ou seja que a Câmara pode ter ao seu serviço simultaneamente durante o ano. Disse ainda que o mapa prevê 302 lugares e que neste momento a Câmara tem 298, tendo havido no ano de 2011 uma redução de 11 lugares. Informou também que a Câmara nunca usou o plafom autorizado pela Assembleia Municipal e de qualquer forma pretende chegar ao final do próximo ano, com uma redução ainda maior.-----

-----**Abertas as Inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**GUMESINDO ANTÓNIO GOMES (PSD)** – A sua intervenção deve-se ao facto de ter na sua posse, um mapa sobre os Municípios do País inteiro e sobre os funcionários que cada um tem. Estão designados com as cores: verde, amarela, laranja e vermelha. Macedo de Cavaleiros já está no laranja. Ao que lhe parece para estar dentro da lógica e do normal, as Câmaras deviam ter 12 funcionários por cada mil habitantes. Sendo assim o que acontece em Macedo é que há quase 20 funcionários por cada mil habitantes. Aproveita também para perguntar quantos cantoneiros tem o quadro da Câmara, porque eles não se vêem em lado nenhum. As estradas deviam estar mais limpas e até os buracos existentes nas aldeias deviam ser reparados por estes trabalhadores, mas o que é certo é que ninguém os vê. A Câmara de Macedo tem a mais 108 funcionários e o despesismo está aqui e não nas Juntas de Freguesia que querem agregar.-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – À semelhança do que fizeram o ano passado, resta-lhe perguntar se por acaso os dirigentes sindicais, ou os representantes da comissão de trabalhadores foram ouvidos para a elaboração deste plano. Se não foram, que é o que parece, está inteiramente de acordo com o Sr. Gumesindo, pois provavelmente há muitos de trabalhadores na Câmara que estão a originar imensas despesas e que talvez não



seriam necessários. Se estas comissões intervissem, talvez as coisas fossem de outra maneira.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que em resposta ao Sr. Gumesindo disse que não é verdade o que ele referiu, pois Macedo está na média e a questão não pode ser vista só a olhar para os números, é preciso ter em conta também o território. Quanto aos cantoneiros, infelizmente já são muito poucos, mas fazem o seu trabalho na medida do possível, porque o território é enorme e a Câmara sente algumas dificuldades por causa dos poucos recursos humanos.-----

-----Quanto à questão suscitada pela Deputada, Idália Mateus disse que a Câmara está numa política de estabilidade e não foi adoptada nenhuma medida de alteração do cenário, não tendo sido discutida com a Comissão de Trabalhadores, mas entende que aqui estão exactamente com o mesmo cenário de continuidade. A Câmara tem estabilizado o mais possível as relações laborais com contratos de trabalho, com os encargos que isso acarreta e não prevêem fazer reduções forçadas, nem fazer contratações ou aumentar o número de trabalhadores. As contratações previstas neste mapa, ou seja esta folga de 4, é por questões operacionais que só ocorrerão por acréscimo aos actualmente existentes em situações de transição, querendo chegar ao final do ano com menos trabalhadores.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 48 votos a favor, 1 voto contra e 26 abstenções, deliberou aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2012, nos termos do n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o disposto na alínea a), n.º 2 do artigo 3.º do D.L. 209/2009, de 3 de Setembro.**-----

-----**PONTO 2.7 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO/ANO DE 2012 – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA b) DO N.º 2, ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2011.12.19, que se transcreve:-----

-----“**CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO / ANO DE 2012**-----

-----Sobre o assunto presente a informação n.º 27, de 2011.12.12, da Unidade de Finanças e Património, que se transcreve: “De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 38.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), a Assembleia Municipal pode aprovar na sua sessão anual de aprovação do orçamento a contracção de todos os empréstimos de curto prazo, que o Município venha a contrair durante a vigência do Orçamento. Para o efeito e conforme dispõem o n.º 1 do artigo 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, o montante a contrair não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei 2/2007, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior. Assim, e para que seja possível recorrer a este tipo de empréstimos em caso de dificuldades pontuais de tesouraria, deve a Câmara Municipal aprovar o pedido de autorização a remeter à

Assembleia Municipal para contracção de todos os empréstimos a curto prazo, que a Câmara Municipal venha a contrair durante a vigência do Orçamento para o ano de 2012, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 39.º ambos da Lei das Finanças Locais”.-----

-----Sobre o assunto o Sr. Director do Departamento de Administração e Finanças, deu o seguinte parecer, que se transcreve: *“Conforme se informa e atendendo ao interesse da Câmara dispor da possibilidade de recorrer à contratação de empréstimos de Curto Prazo sempre que seja necessário, nos termos e limites legais referidos, sou de parecer que deve ser aprovado o pedido de autorização à Assembleia Municipal”*.-----

-----Relativamente ao assunto o **Sr. Vereador, Rui Manuel Rodrigues Vaz** disse que não têm nada a obstar, no entanto, deixam claro que continuam a não se rever na política de gestão do Município, que tem obrigado a estes constrangimentos financeiros e a dificuldade em obter os empréstimos que são tão necessários para a vida do Município.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** De acordo com o disposto no n.º 7 do art.º 38.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou aprovar o pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contracção de Empréstimos a Curto Prazo que o Município venha a contrair durante o período de vigência do Orçamento para o ano de 2012.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** **Apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por maioria, com 72 votos a favor 2 votos contra e 1 abstenção, deliberou autorizar a Câmara Municipal a contrair todos os empréstimos de curto prazo que a Câmara Municipal venha a necessitar durante a vigência do Orçamento para o ano de 2011, nos termos previstos no n.º 7 do art.º 38.º e n.º 1 do artigo 39.º ambos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).**-----

-----Neste momento foi apresentada na Mesa uma **moção** subscrita por todos os Grupos Políticos com assento na Assembleia Municipal (PSD, CDS, PS, CDU e B:E) que a seguir se transcreve: *“Com a disponibilização de mais três helicópteros de emergência médica a partir de Abril de 2010, o INEM aproximou Portugal dos padrões de tempo de socorro pré-hospitalar nos países europeus mais avançados. Foi um momento de grande satisfação para os nordestinos, reconhecendo a sua profunda interioridade e as deficientes acessibilidades, e mitigando as dificuldades de evacuação de doentes urgentes. O helicóptero alocado a Macedo de Cavaleiros tem prestado um inestimável serviço às populações de Trás-os-Montes e do interior norte de Portugal, sendo mesmo o mais utilizado dos cinco helicópteros ao serviço do INEM. Sabemos que é um recurso dispendioso, mas o valor das vidas que já permitiu salvar é incalculável. Seria um retrocesso inaceitável que estes serviços fossem reduzidos, sem cuidar de alternativas que assegurassem um nível semelhante de prontidão de resposta.*-----

-----*Não são desprezíveis nem podem de modo algum ser escamoteados os avultados investimentos feitos em infra-estruturas para que esse serviço fosse implementado na Região dos quais podemos destacar a construção de raiz do Heliporto Municipal de Macedo de*





*Cavaleiros e a remodelação total respondendo a todas as exigências do INAC do Heliporto da Unidade Hospitalar de Bragança que acaba de ser certificado para voos nocturnos.-----*

*-----Compete ao Ministério da Saúde procurar os meios mais económicos e eficientes para assegurar os serviços às populações, eliminando desperdícios de recursos mas sem comprometer o funcionamento dos serviços de saúde.-----*

*-----Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em 29.12.2011, apela ao Sr. Ministro da Saúde para que continue a assegurar o mesmo nível de prestação de socorro pré-hospitalar às populações do Interior Norte do país, incluindo o período nocturno, reconhecendo a realidade concreta de um território com dificuldades no socorro pré-hospitalar por via terrestre.”-----*

**-----DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente apreciada foi esta moção aprovada por unanimidade dos membros eleitos presentes.-----**

*-----Finalmente foi posto à votação para **aprovação em minuta**, dos pontos 2.2, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----*

**-----Declarações de voto:-----**

**-----DANIEL PARENTE REIS – “**Votei a favor do Orçamento mas também estou muito descontente e aproveito para elogiar alguns colegas Presidentes de Junta, nomeadamente os Srs. Benjamim Rodrigues e Gumesindo Gomes por terem tido a coragem de o manifestar, o que nem sempre é fácil. Como já disse estou descontente mas também reconheço que o País está num estado lastimável, como todos nós sabemos e não é fácil a Câmara conseguir verbas para todos nós. Noutros tempos fui beneficiado, tive o privilégio de fazer obras das quais muito me orgulho e hoje só votei a favor não só por disciplina partidária, mas também porque reconheço as dificuldades que o País está a atravessar. Quando acusaram a Câmara de ter desistido de algumas obras, também o Governo desistiu de grandes obras públicas, como o TGV e outras.-----

**-----GUMESINDO ANTÓNIO GOMES (PSD) – “**Esta declaração é para justificar o meu voto contra no ponto 2.1 – Análise, discussão e votação do documento elaborado pela Comissão de Acompanhamento da Reforma do Poder Local. Votei contra porque eu não sou a favor desta Reforma. Sou contra e por isso não podia votar favoravelmente esta proposta que admite a aceitação da Reforma. Além de mais, o documento que foi elaborado na reunião dos Presidentes de Junta é bem claro e diz, a Reforma que nos é proposta não ajuda nem serve as nossas populações. Quando eles dizem nos objectivos do documento verde: “...promover maior proximidade...”, haverá maior proximidade do que os seus Presidentes de Junta estarem junto das populações?”-----

**-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

*-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----*

*-----Assim, neste período, usou da palavra:-----*

-----**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ A minha primeira palavra vai para os Presidentes de Junta de Freguesia, pois fiquei extremamente feliz e surpreendido por ver tanta actividade nas duas bancadas. Quantas vezes eu disse nesta Assembleia, que os Presidentes de Junta desempenhavam um papel um pouco vago, para não dizer nulo em tantas e tantas Assembleias! Portanto, fico extremamente contente pela participação activa que estão a ter nos destinos das suas Freguesias, do Concelho, do Distrito e quem sabe até do País. Concordo plenamente com o Sr. Gumesindo quando diz que os Presidentes de Junta, são o braço político mais próximo das populações e são eles que deveriam definir muito daquilo que as estruturas autárquicas e governamentais deverão fazer em termos de políticas, quer concelhias, regionais e nacionais. A minha segunda palavra vai para elogiar muitas das intervenções que ouvi. De facto foi um dia feliz para mim, vir de novo à Assembleia Municipal e ser presenteado com tantas e tão boas intervenções. Não quero ser injusto para ninguém, mas deixem-me relevar as intervenções do Arquitecto Pedro Mascarenhas, do Dr. Benjamim Rodrigues, da Dr.ª Manuela Santos, do Vítor Hugo do Dr. António Mendonça e do Dr. Adão Silva, enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Há uns tempos atrás, dando uma entrevista a um determinado jornal, dizia que o concelho de Macedo de Cavaleiros estava num estado de verdadeira emergência. Continuo a partilhar exactamente desta opinião e diria que é uma emergência não só económica, como o Sr. Presidente da Câmara nos quer fazer crer, mas também social e política. Se não fizermos nada não ficamos só na emergência, vamos mesmo a caminho de uma (UCI) Unidade de Cuidados Intensivos, e quiçá sem retorno. Que pena tenho que a Câmara Municipal continue a fazer ouvidos moucos, de tantas e tão boas intervenções com que são brindados nesta Assembleia Municipal. Eu sei, todos sabemos e penso que só a nossa Autarquia é que não sabe, que é necessária uma atitude mais criativa e produtiva de todos os Órgãos Autárquicos. Folgo muito com a posição dos Presidentes das Juntas de Freguesia que finalmente estão a fazer sentir-se na sua criatividade, na sua vida e na sua produtividade, no Órgão Autárquico para o qual foram eleitos. É claro que todos concordamos que é preciso fortalecer serviços, aumentar a capacidade em sistemas produtivos geradores de riqueza. Há já dez anos, que ouve o Sr. Presidente da Câmara dizer que é preciso promover tudo isto: a actividade agrícola, o Centro de Saúde, o Hospital, os Serviços, o Turismo, e a Barragem do Azibo. Certo, é que passados seis meses que estou ausente desta Assembleia Municipal, todas as pessoas que falam comigo vêem mais ou menos aquilo que eu vejo e não aquilo que o Sr. Presidente da Câmara vê. Tenho de considerar que se esta base de fundo é “verde” para todos nós, provavelmente ela não é “verde” para o Sr. Presidente da Câmara e então há aqui um problema grave, não só para o Sr. Presidente da Câmara, como para o seu Executivo. De facto não estamos a ver a mesma realidade e devemos estar a escamotear uma realidade complexa e perigosa. Eu acho que a atitude de gestão da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, é uma atitude que já não posso deixar de considerar premeditadamente de favorecer um síndrome que eu só encontro em adolescentes, numa fase complexa do seu trajecto de desenvolvimento mental. É a síndrome do hiper conformismo disfuncional. A atitude deste Executivo é uma atitude que



favorece o nosso baixar de braços e o nosso conformismo. Reparem o que é que a Câmara Municipal fez ao longo destes dez anos, a favor ou contra o Hospital de Macedo de Cavaleiros. Nunca vi uma forte atitude pública por parte da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, mas vi e continuo a ver essa atitude por parte do Presidente da Câmara de Mirandela. Como Macedense exijo-lhe Sr. Presidente, que o senhor responda cabalmente a todas as questões que lhe são feitas. É incrível como o senhor continua a chegar a este púlpito e não responde a uma questão que lhe é colocada por toda a Assembleia.-----

-----Relativamente à saúde, quero enaltecer o esforço e a mobilização para o consenso que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal teve nesta casa. Penso que é fundamental não só o consenso, mas o compromisso de diferentes forças políticas de forma transversal, para definirem de uma vez por todas o que querem em termos de serviços, onde os querem, como é que os vão colocar e como é que os vão alocar financeiramente. É muito mais importante isto, do que discutir a questão do INEM e a questão das urgências. Lanço ainda um repto ao Sr. Presidente da Câmara, se amanhã tem uma reunião com todos os Presidentes da Câmara do Distrito, tem aí uma boa oportunidade para começar a trabalhar num processo, que de uma vez por todas iniba Lisboa de utilizar a seu belo prazer, onde colocar e deslocar serviços. Não posso deixar de elogiar a opção política do Dr. José Silvano, Presidente da Câmara de Mirandela e elogio também a posição política do Dr. Adão Silva, a coragem política que teve para afirmar aquilo que sempre afirmou e eu sempre o ouvi afirmar, repudiando a intervenção do Presidente do INEM. Como é possível que ainda nos brindem com intervenções públicas, daquele tipo? Por fim, é minha partilha convosco de que eu continuo a identificar as falácias antigas, que nos vão permitindo este desenvolvimento programado por alguém, que não por nós. Eu acho que Macedo precisa de uma grande revolução e essa revolução terá começado hoje aqui, com a implicação de todos os macedenses (independentemente das suas forças política) para arranjarmos uma solução de compromisso e nos retire da Unidade de Cuidados Intensivos, onde, independentemente de quem é responsável, estamos definitivamente metidos.”-----

-----Antes de dar por terminada a sessão, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, fez a seguinte intervenção: “ Vencemos mais um ano, o de 2011 e fico sobretudo satisfeito, quase emocionado, pela forma como temos sido capazes de nos organizar para fazer o debate que tem de ser feito. Democracia sem debate é algo que é inexistente, é um vazio e temo-la feito com dignidade, com elegância e de vez em quando com alguns picos de emoção. Mas é mesmo assim, somos humanos e não há nada que possa retirar a nossa condição humana. Para mim tem sido uma felicidade, um gozo e um prazer poder ser entre vós, aquele que tem a responsabilidade de dirigir os trabalhos, de organizar os tempos e de alguma maneira, ter este poder de dar e tirar a palavra. Concerteza que nem sempre o tenho feito bem e peço desculpa quando não o faço, mas com a vossa colaboração, temos concerteza feito o melhor possível. Desejo um ano de 2012 o melhor possível para vós e para as vossas famílias. Durante o próximo ano cá nos encontraremos para outras lutas, outros trabalhos e outros empenhos, discordando, concordando, mas sempre com a convicção de que o que está em causa é a

população do nosso Concelho, que tem direito a evoluir, a crescer a desenvolver-se e a ser feliz.”-----

-----**Eram vinte e quatro horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_